Revista
Consenso
Instituto Consenso – Convergência em Saúde
#2 / SETEMBRO 2026



NatJus
Como decidir com Justiça quando ciência, urgência e vida pesam no mesmo processo

ELAS NO TOPO
Mulheres avançam à frente dos negócios de saúde

SAÚDE SUPLEMENTAR
Crises fiscal e política ameaçam redesenhar o setor

DADOS PROTEGIDOS
Instituto Consenso apresenta Código de Boas Práticas

RECORDE HISTÓRICO
Setor ultrapassa 3,3 milhões de trabalhadores formais

Expediente

Presidente do Conselho
Breno Monteiro

Presidente do Instituto
Pablo Meneses

Coordenação Administrativo-Financeira
Kelly Magalhães

Gerente operacional
Cínthia Leite

Textos e revisão
Kiss Vasconcelos

Foto da capa
Daniel Moutinho

Fotografias
Antonio Augusto

Uma iniciativa:

Instituto Consenso
CONVERGÊNCIA EM SAÚDE

Apoio:

CNSaúde
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

FenaSaúde
Federação Nacional de Saúde Suplementar

abramge

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Sumário

2 EDITORIAL
Quando a saúde ajuda a pensar a Justiça
Por Pablo Meneses

4 PESQUISA
Saúde bate recorde histórico e ultrapassa 3,3 milhões de empregos
Setor criou mais de 74 mil vagas até maio de 2026

7 EVENTOS
Dez anos depois da "máfia das próteses", o Brasil ainda não fechou a conta
Esquema de fraudes continua sofisticado e, em grande parte, invisível

11 EVENTOS
Saúde baseada em evidências ganha força no Judiciário
8ª Jornada de Direito da Saúde discute decisões judiciais mais seguras

12 ENTREVISTA
O cuidado com o autismo precisa ser guiado pela ciência e pelo acolhimento
Bruno Sobral analisa os desafios do crescimento dos diagnósticos de TEA

18 CAPA
NatJus: Saúde e Justiça se encontram para debater decisões que mudam vidas
Especialistas se reúnem para discutir o fortalecimento da ferramenta

26 EVENTOS
O desafio de proteger dados sem frear a inovação
Instituto lança Código de Boas Práticas do setor

30 EVENTOS
Entre as crises fiscais e a política, os entraves que podem redesenhar a saúde
Evento Diálogos Executivos da FenaSaúde reúne especialistas

16 INSTITUCIONAL
Anuário da Justiça Saúde Suplementar é lançado em cerimônia no STF
Publicação reúne dados sobre a atuação do Judiciário



Foto: Antonio Augusto

34 PARCERIAS
Frente Parlamentar vai ao RS debater sustentabilidade da saúde
Colegiado discute desafios enfrentados por hospitais e laboratórios

35 INCLUSÃO
Os desafios sensoriais da vida adulta e seus impactos no ambiente de trabalho
Fernanda Guinter Herter traz análise sobre o tema

38 EVENTOS
Instituto Consenso participa da posse da nova Presidência do STJ
Tomaram posse Luis Felipe Salomão e Mauro Campbell

40 PESQUISA
Elas estão no comando: mulheres ganham espaço à frente dos negócios
Empreendedorismo feminino em alta no setor

43 INSTITUCIONAL
Ludhmila Hajjar promove homenagem pelos 20 anos de Cármen Lúcia no STF
Evento reúne exposição de fotos e lançamento de livro sobre ministra

45 ARTIGO
Fabio Miranda escreve sobre assimetrias e omissões na saúde
Artigo aborda estudo de farmacêutica

EDITORIAL

Quando a saúde ajuda a pensar a Justiça



Foto: Antonio Augusto

Por Pablo Meneses
PRESIDENTE DO INSTITUTO CONSENSO

Quando fundamos o Instituto Consenso, em 18 de março deste ano, apostamos em uma ideia simples: os problemas mais difíceis do sistema de saúde brasileiro só se resolvem quando as instituições que deveriam dialogar de fato conversam entre si. Representantes do Judiciário, da área da regulação, do setor público e do setor privado podem até se enxergar como partes em disputa. Mas nossa aposta sempre foi outra, a de que essas mesmas partes também podem ser parceiras na construção de soluções.

Foi com esse espírito que recebemos o Edital de Consulta Prévia nº 06/2026, do Centro de Estudos Constitucionais do Supremo Tribunal Federal (CESTF), para contribuir com propostas voltadas à modernização do sistema de Justiça. Não é todo dia que a sociedade civil é chamada a pensar, ao lado da mais alta Corte do país, os próprios mecanismos que sustentam a Justiça brasileira. Achamos que seria um desperdício não usar essa oportunidade para trazer, à mesa do Supremo, a experiência acumulada por quem lida, no dia a dia, com a judicialização da saúde.



Foto: Daniel Moutinho

Reunimos então três parceiros que conhecem esse problema por ângulos diferentes, a Abramge, a CNSaúde e a FenaSaúde, e decidimos dividir o trabalho de acordo com a vocação de cada entidade. Coube ao Instituto Consenso assinar a proposta sobre prevenção estrutural do litígio, que parte de uma constatação incômoda: o Judiciário brasileiro já julga mais processos do que recebe, e ainda assim o volume de novos casos bate recorde atrás de recorde. Se o gargalo não está dentro do processo, ele está antes dele, em brechas legais, na ausência de canais administrativos eficazes e na falta de apoio técnico ao juiz no momento de decidir. Foi esse diagnóstico que orientou as cinco medidas que propusemos, todas de baixo custo e nenhuma delas dependente de emenda constitucional.

À Abramge coube pensar como a inteligência artificial pode cruzar controvérsias jurídicas repetitivas com o estado da evidência científica disponível, usando ferramentas que o próprio Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já mantém. Já a CNSaúde ficou com o desafio de dar mais efetividade aos precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que hoje seguem sendo contestados processo após processo, mesmo quando a tese já está firmada. E a FenaSaúde apresentou a proposta mais técnica de todas, a de criar regras claras para as estimativas econômicas apresentadas em julgamentos de grande impacto, porque cifras bilionárias sem metodologia verificável distorcem debates que deveriam ser guiados por dados, não por retórica.

Nenhuma das quatro propostas promete resolver, sozinha, os desafios da Justiça brasileira. Mas todas partem de um mesmo princípio, o de que soluções de baixo custo, que aproveitam estruturas já existentes, têm mais chance de sair do papel do que reformas grandiosas que nunca saem da gaveta. Se o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir aproveitar alguma dessas ideias, teremos dado nossa contribuição para um Judiciário mais previsível e mais bem informado. Seja qual for o caminho, a saúde suplementar mostra que não quer apenas reclamar da judicialização, quer ajudar a pensar como reduzi-la.

É esse o papel que o Instituto Consenso pretende seguir cumprindo: o de espaço onde instituições encontram motivo e método para trabalhar juntas.

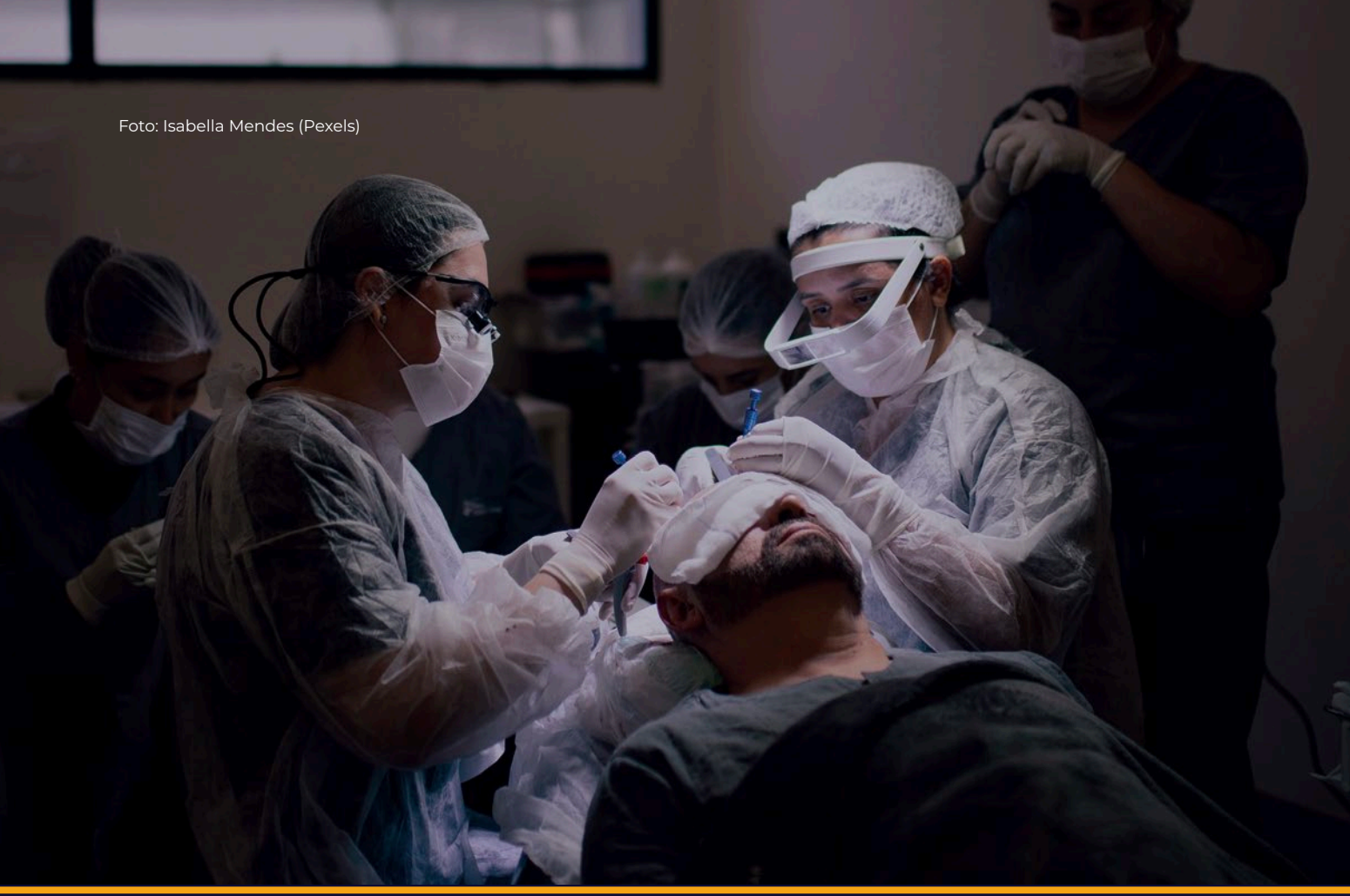


Foto: Isabella Mendes (Pexels)

PESQUISA

Setor da saúde bate recorde histórico e ultrapassa 3,3 milhões de trabalhadores formais

Novo Caged mostra que o setor criou 74,3 mil empregos nos cinco primeiros meses de 2026 e ampliou em 4,13% o estoque de trabalhadores formais em relação a maio de 2025

O setor da saúde brasileiro ultrapassou, pela primeira vez, a marca de 3,3 milhões de trabalhadores com carteira assinada. Segundo dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o setor encerrou o mês de maio de 2026 com 3.308.761 trabalhadores celetistas, estabelecendo um novo recorde histórico de emprego formal. Em relação ao mesmo período de 2025, quando o setor contabilizava 3.177.502 vínculos formais, houve um acréscimo de 131.259 trabalhadores, equivalente a um crescimento de 4,13% no estoque de trabalhadores formais. O resultado reforça a trajetória de expansão observada nos últimos anos e confirma a saúde como um dos principais motores da geração de emprego formal no país, consolidando sua posição entre os principais empregadores nacionais.

Somente no mês de maio foram gerados 14.474 novos postos de trabalho, enquanto, no acumulado dos cinco primeiros meses de 2026, o saldo positivo alcançou 74.284 empregos formais. O resultado é muito próximo ao registrado no mesmo período de 2025, quando haviam sido criadas 77.184 vagas, representando uma variação de apenas 3,76%. Os números demonstram que, apesar de uma leve acomodação no ritmo das admissões, o setor mantém uma trajetória consistente de geração de empregos e continua ampliando seu contingente de trabalhadores com carteira assinada.

Para o presidente da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde), Breno de Figueiredo Monteiro, os números evidenciam a relevância estratégica do setor para o desenvolvimento do país.

“A geração consistente de empregos demonstra que a saúde continua exercendo um papel estratégico para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Além de garantir assistência à população, o setor impulsiona a criação de oportunidades de trabalho qualificado em todas as regiões do país. Esses resultados reforçam a importância de um ambiente regulatório estável e de políticas públicas que favoreçam os investimentos e a expansão da assistência em saúde.”

“A geração consistente de empregos demonstra que a saúde continua exercendo um papel estratégico para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Além de garantir assistência à população, o setor impulsiona a criação de oportunidades de trabalho qualificado em todas as regiões do país. Esses resultados reforçam a importância de um ambiente regulatório estável e de políticas públicas que favoreçam os investimentos e a expansão da assistência em saúde”

Breno Monteiro
PRESIDENTE DA CNSAÚDE

Os resultados do Novo Caged evidenciam a capacidade do setor da saúde de manter uma trajetória consistente de geração de empregos formais, mesmo diante de um ambiente econômico desafiador. Para a CNSaúde, esse desempenho reforça a importância de um ambiente regulatório estável, de segurança jurídica e de políticas públicas que estimulem os investimentos, permitindo que os estabelecimentos de saúde continuem ampliando sua capacidade de atendimento à população e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país.

Embora o saldo registrado em maio tenha sido ligeiramente inferior ao observado no mesmo mês de 2025, quando foram criadas 14.713 vagas, o desempenho permanece em patamar historicamente elevado. Para efeito de comparação, em maio de 2024 o saldo havia sido de 15.847 empregos, em 2023 de 12.891 e, em 2022, de 10.057. Os dados revelam que a saúde vem sustentando, ao longo dos últimos anos, um elevado nível de geração de empregos formais, evidenciando a resiliência do setor e sua capacidade de continuar expandindo o emprego mesmo em um ambiente econômico desafiador.

Outro aspecto que merece destaque é o perfil da geração de empregos. As mulheres continuam sendo as principais beneficiadas pela expansão do setor. Das 74.284 vagas abertas entre janeiro e maio, 64.307 foram ocupadas por mulheres, o equivalente a aproximadamente 87% de todo o saldo positivo do período. O resultado reafirma uma característica histórica da saúde brasileira, cuja força de trabalho é predominantemente feminina e exerce papel fundamental na prestação dos serviços de saúde.

Os dados também evidenciam a importância da saúde como porta de entrada para jovens no emprego formal. A faixa etária entre 18 e 24 anos concentrou a maior geração de vagas, com 32.108 novos postos, seguida pelos trabalhadores de 25 a 29 anos (12.612) e de 30 a 39 anos (12.279). Mesmo entre os trabalhadores de até 17 anos houve saldo positivo de 7.663 empregos, demonstrando a capacidade do setor de absorver aprendizes e profissionais em início de carreira.

Sob o aspecto da escolaridade, o maior crescimento ocorreu entre trabalhadores com ensino médio completo, responsáveis por 54.977 novos empregos no acumulado do ano. Também se destacam os profissionais com ensino superior completo, que responderam por 15.414 vagas, evidenciando a ampla diversidade de perfis profissionais que compõem a força de trabalho da saúde.

A expansão do emprego ocorreu em todas as regiões do país, sendo liderada pelo Sudeste, com 35.316 novos postos de trabalho, seguido pelo Nordeste (16.466), Centro-Oeste (9.989), Sul (9.919) e Norte (2.502). Na análise por unidades da Federação, São Paulo manteve a liderança nacional, com 21.167 vagas criadas, seguido por Minas Gerais (9.322) e Bahia (5.650). Também apresentaram desempenho expressivo Rio Grande do Sul (3.639), Pernambuco (3.611), Paraná (3.603), Goiás (3.483) e Distrito Federal (3.372), evidenciando que o dinamismo da saúde está presente em todas as regiões brasileiras.

A superação da marca de 3,3 milhões de trabalhadores formais representa mais do que um novo recorde estatístico. Ela demonstra a capacidade do setor da saúde de conciliar expansão do emprego, qualificação profissional e ampliação da oferta de serviços essenciais à população. Em um contexto de profundas transformações demográficas, assistenciais e econômicas, os dados do Novo Caged reforçam a importância da saúde como um dos pilares do desenvolvimento nacional, contribuindo simultaneamente para a geração de renda, o fortalecimento do mercado de trabalho e o atendimento das crescentes demandas da sociedade brasileira.



Foto: Izadora Araujo (Pexels)

Os números revelam a resiliência do setor e a capacidade de continuar expandindo o emprego.

EVENTOS

10 anos depois da “máfia das próteses”, o Brasil ainda não fechou a conta

Especialistas, reguladores e representantes da indústria se reuniram no Instituto Consenso para discutir razão de esquema de fraudes revelado em 2015 continuar sofisticado

Foto: Antonio Augusto

Bruno Sobral de Carvalho, diretor-executivo da FenaSaúde e conselheiro do Instituto Consenso, abre os Diálogos Executivos FenaSaúde, evento que discutiu os dez anos da CPI da Máfia das Próteses.



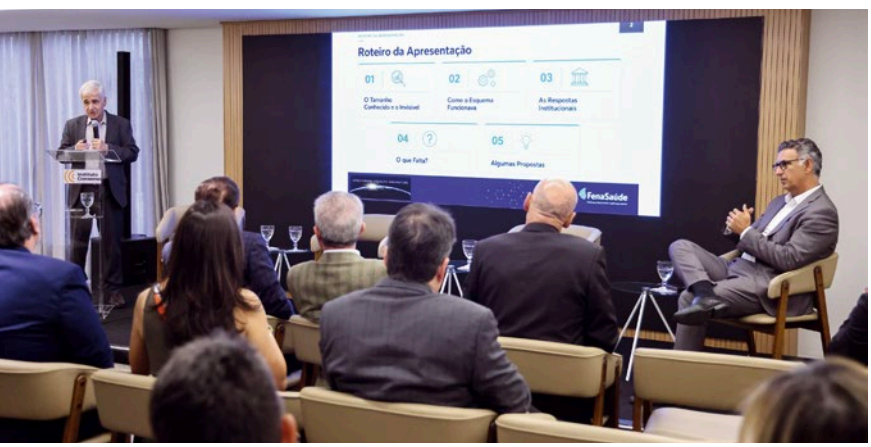
Uma década depois da CPI da Máfia das Próteses expor um esquema bilionário de superfaturamento em cirurgias no Brasil, o país ainda enxerga apenas a ponta do problema. Foi essa a mensagem que atravessou o painel promovido pelos Diálogos Executivos FenaSaúde, realizado no dia 24 de agosto na sede do Instituto Consenso, em Brasília.

O evento reuniu dirigentes da Agência Nacional de Saúde (ANS), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), associações médicas e representantes da indústria de dispositivos médicos para discutir avanços, lacunas e os próximos passos no combate à fraude na saúde suplementar.

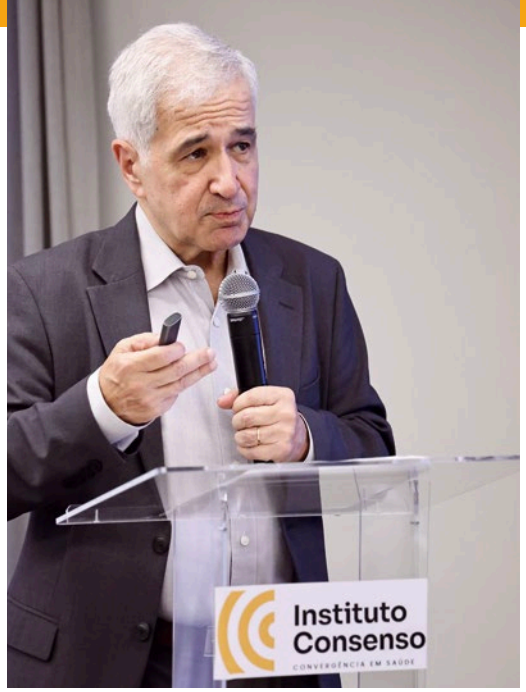
Ao abrir o encontro, o diretor-executivo da FenaSaúde, Bruno Sobral de Carvalho, resumiu o espírito que moveu a discussão. "Dez anos depois, o desafio não é mais provar que o problema existe, é ter a coragem de conectar o que já sabemos, de transformar diagnóstico em sistema", afirmou, ao saudar a presença conjunta de reguladores, médicos e indústria em uma mesma mesa.

> *"Dez anos depois, o desafio não é mais provar que o problema existe, é ter a coragem de conectar o que já sabemos, de transformar diagnóstico em sistema"*

Bruno Sobral de Carvalho
DIRETOR-EXECUTIVO DA FENASAÚDE



André Médici, economista e CEO da Universal Health Monitor, apresenta o painel "Da 'Máfia das Próteses' à Agenda Inacabada" nos Diálogos Executivos FenaSaúde.



André Médici detalha os quatro pilares que, segundo ele, sustentam o esquema de fraude em órteses, próteses e materiais especiais no Brasil.

Os números apresentados pelo economista André Médici, CEO da Universal Health Monitor, ajudam a entender a escala do desafio. O mercado de órteses, próteses e materiais especiais movimenta cerca de R$ 19,7 bilhões por ano no Brasil, e estimativas apontam que 20% desse valor, algo próximo de R$ 4 bilhões, pode estar contaminado por fraude. Um estudo do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar já projetava, em 2015, perdas de até R$ 27,8 bilhões somando todo o desperdício do setor. "O Brasil continua sem uma série nacional de eventos e perdas atribuídos exclusivamente à fraude de OPME", resumiu Médici, ao explicar por que o país ainda opera no escuro quando o assunto é medir o problema real.

> *"O Brasil continua sem uma série nacional de eventos e perdas atribuídos exclusivamente à fraude de OPME"*

André Médici
ECONOMISTA E CEO DA
UNIVERSAL HEALTH MONITOR

Para o economista, o esquema sobrevive porque se apoia em quatro decisões críticas do sistema de saúde: quem indica a cirurgia, quem escolhe o implante, quem negocia o preço e quem acompanha o paciente depois. “Quando cada uma dessas etapas é desconectada da outra, você tem informação assimétrica, incentivo perverso e nenhum mecanismo de correção”, afirmou, defendendo a adoção do que chamou de auditoria 5.0, um modelo que troca a fiscalização feita depois do dano por prevenção baseada em dados integrados.

Ao falar sobre o caso que expôs a chamada “máfia das próteses”, o diretor-presidente da ANS, Wadih Damous, destacou que o problema vai além do impacto financeiro sobre o sistema de saúde.“Nós sabemos que o chamado escândalo da máfia das próteses, que aconteceu há 10 anos atrás, ele trouxe notícias de que houve procedimentos desnecessários, ou seja, implantação de próteses, órteses, de maneira desnecessária em pacientes, que põe em risco a vida dessas pessoas, põe em risco a saúde dessas pessoas, que pode criar danos irreversíveis e às vezes até a morte”, declarou

> *“Nós sabemos que o chamado escândalo da máfia das próteses, que aconteceu há 10 anos atrás, ele trouxe notícias de que houve procedimentos desnecessários, ou seja, implantação de próteses, órteses, de maneira desnecessária em pacientes, que põe em risco a vida dessas pessoas, põe em risco a saúde dessas pessoas, que pode criar danos irreversíveis e às vezes até a morte”*
>
> **Wadih Damous**
> DIRETOR-PRESIDENTE DA ANS

Damous foi direto ao apontar o principal entrave hoje: a falta de diálogo entre as instituições que deveriam atuar juntas. “Falta uma integração maior entre as agências, entre essas instâncias”, disse, revelando que uma decisão judicial provocada pelo Conselho Federal de Medicina ainda impede, por exemplo, a coleta de informações em saúde, o que travaria justamente o tipo de rastreabilidade que poderia antecipar fraudes.

Diante da plateia, assumiu o compromisso de convocar uma reunião entre ANS, Anvisa, CADE e Ministério Público para tirar o tema do campo das boas intenções.

O painel também abordou a perspectiva regulatória, apresentada por Anderson de Almeida Pereira, gerente de Tecnologia e Equipamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ele relembrou que a agência participou, em 2015, do Grupo de Trabalho Interministerial criado após o escândalo, em conjunto com os ministérios da Saúde e da Fazenda. O grupo estabeleceu 16 ações para aprimorar a identificação e o acompanhamento de dispositivos médicos.

Pereira explicou ainda o funcionamento do UDI (Identificação Única de Dispositivos), sistema internacional que permite rastrear individualmente cada produto. A tecnologia já é obrigatória para dispositivos médicos de classes de risco 3 e 4, e a Anvisa trabalha para integrá-la às bases da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e ao padrão TUSS, utilizado na identificação de procedimentos e itens de saúde suplementar.

Durante a apresentação, o gerente destacou que a padronização também pode ajudar a enfrentar distorções de preços no país. Como exemplo, citou diferenças expressivas no valor de um mesmo dispositivo médico entre



Foto: Antonio Augusto

Wadih Damous, diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), participa do painel "Perspectivas, Avanços e Desafios" nos Diálogos Executivos FenaSaúde.



Momento de apresentação durante os Diálogos Executivos FenaSaúde, evento que discutiu os dez anos da CPI da Máfia das Próteses, realizado no Instituto Consenso.

Foto: Antonio Augusto

regiões. "Um marcapasso que foi vendido lá no Rio Grande do Sul por 10 mil, lá na Amazônia por 200 mil. O mesmo modelinho, o mesmo modelo. Não é nem equivalente", afirmou.

Do lado da classe médica, o diretor de Defesa Profissional da Associação Paulista de Medicina (APM) e da Associação Médica Brasileira (AMB), Marun David Cury, listou as modalidades mais comuns de fraude, do pagamento de comissões à reutilização de materiais de uso único, e defendeu que o combate ao problema passa por educar a própria população. "A gente tem que conversar com a sociedade. De repente, colocam quarenta parafusos no senhor e ele fica duro a vida inteira. Qual é o benefício disso?", questionou.

Representantes da indústria, como o presidente da Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Produtos para Saúde (ABRAIDI), Ronaldo Sampaio, propuseram maior contratualização entre hospitais, fornecedores e operadoras como forma de reduzir zonas cinzentas na negociação de preços.

Se depender do ritmo dos últimos dez anos, a integração completa entre preço, rastreabilidade, prontuário e pagamento ainda deve levar de seis meses a três anos para se consolidar, segundo estimativa do próprio André Médici. Até lá, o consenso entre os participantes é que o Brasil já tem praticamente todas as peças do quebra-cabeça, protocolos, identificação universal de dispositivos, canais de denúncia e órgãos de controle. O que falta, resume o debate, é fazer essas peças conversarem entre si antes que a próxima fraude apareça.

EVENTOS

Saúde baseada em evidências ganha força no Judiciário

8ª Jornada de Direito da Saúde, promovida pelo CNJ, reúne magistrados, gestores, reguladores e especialistas para discutir decisões judiciais mais seguras e alinhadas à ciência

Foto: Luiz Silveira/CNJ



O encontro debateu caminhos para aproximar o Judiciário da ciência e qualificar as decisões relacionadas à saúde.

Quando uma decisão judicial envolve um medicamento, um tratamento ou uma tecnologia em saúde, a escolha ultrapassa os limites do processo. Ela pode impactar pacientes, orçamentos públicos e todo o funcionamento do sistema de saúde. Foi a partir dessa perspectiva que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) abriu, em Brasília, a 8ª Jornada de Direito da Saúde, reunindo magistrados, gestores públicos, representantes de agências reguladoras e especialistas.

Na abertura, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Luiz Edson Fachin, defendeu uma aproximação cada vez maior entre Judiciário, ciência e instituições responsáveis pela gestão da saúde. "A superação dos desafios da judicialização da saúde exige cooperação contínua entre o Poder Judiciário, gestores públicos, órgãos reguladores e a comunidade científica, em um esforço conjunto orientado pela evidência, pelo diálogo e pela responsabilidade institucional", afirmou.

A discussão ganha relevância diante do crescimento e da complexidade da judicialização da saúde. Nesse cenário, ferramentas baseadas em dados e conhecimento técnico podem ajudar a reduzir incertezas e oferecer aos magistrados elementos mais consistentes para avaliar pedidos relacionados a medicamentos e tratamentos.

Entre as iniciativas destacadas no encontro estão a Plataforma Nacional de Saúde, o JudSaúde e o EvidencIA Jud, sistemas desenvolvidos para apoiar a análise judicial com informações técnicas e inteligência analítica. A agenda também dialoga com os avanços relacionados ao Tema 1234 da Repercussão Geral do STF, considerado um marco na busca por maior previsibilidade e segurança jurídica nas decisões na área.

A judicialização não deve desaparecer, mas pode mudar de qualidade. Com mais dados, conhecimento técnico e diálogo entre as instituições, a expectativa é que decisões sobre tratamentos deixem cada vez menos espaço para a incerteza e mais para a evidência.



Foto: Antonio Augusto

ENTREVISTA

Bruno Sobral: ‘O cuidado com o autismo precisa ser guiado pela ciência e pelo acolhimento’

O diretor executivo da FenaSaúde analisa os desafios do crescimento dos diagnósticos de TEA e defende um modelo de assistência baseado em evidências científicas, acolhimento às famílias e sustentabilidade do sistema de saúde

Pela primeira vez, o Brasil possui um retrato oficial da população diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelam que 2,4 milhões de brasileiros receberam diagnóstico de autismo, o equivalente a 1,2% da população. A maior prevalência foi registrada entre crianças de 5 a 9 anos, faixa etária em que o percentual chega a 2,6%, além de uma incidência maior entre meninos. Os números, divulgados a partir do Censo Demográfico 2022, evidenciam a necessidade de ampliar o debate sobre diagnóstico, assistência e organização dos serviços de saúde.

Nesse contexto, a saúde suplementar também enfrenta novos desafios. O aumento da demanda por terapias, a necessidade de protocolos clínicos baseados em evidências, o acolhimento às famílias e o combate a fraudes passaram a ocupar espaço central nas discussões do setor.

Para analisar esse cenário, o Instituto Consenso conversou com Bruno Sobral, diretor executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) e integrante do Conselho do Instituto. Economista especializado em regulação e economia da saúde, Sobral acumula uma trajetória de mais de duas décadas em posições estratégicas da administração pública e da saúde suplementar, com passagens pelo Ministério da Fazenda, pela Agência Nacional de Saúde Suplementar e por entidades representativas do setor. Na entrevista, ele defende uma assistência centrada na ciência, no diálogo e na construção de protocolos que conciliem qualidade do cuidado, segurança para os pacientes e sustentabilidade do sistema.

> *“O tratamento de uma criança com autismo nunca depende apenas da saúde. Ele envolve três pilares fundamentais: família, escola e equipe multidisciplinar”*

Os diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista cresceram significativamente nos últimos anos. Como a saúde suplementar tem encarado essa nova realidade?

Bruno Sobral: A primeira coisa é entender e se solidarizar com essas famílias. Criar uma criança neurodivergente exige dedicação permanente. Costumo dizer que, para esses pais, não existe escala 6x1; muitas vezes é uma rotina de cuidado todos os dias da semana. Por isso, o setor de saúde precisa estar preparado para acolher essas famílias, oferecendo suporte e construindo uma relação de confiança. Esse acolhimento deve ser a base de qualquer política voltada ao autismo.

Qual deve ser o papel dos planos de saúde nesse processo?

Bruno Sobral: O tratamento de uma criança com autismo nunca depende apenas da saúde. Ele envolve três pilares fundamentais: família, escola e equipe multidisciplinar. Quando retiramos a criança desse ambiente integrado e concentramos toda a responsabilidade apenas nas terapias, acabamos prejudicando o seu desenvolvimento. Nosso papel é garantir que o cuidado seja construído em parceria com as famílias e que os tratamentos façam sentido para cada paciente.

“Existem estudos científicos mostrando que o excesso de terapias nem sempre produz melhores resultados. Em muitos casos, a criança deixa de conviver com a família, com a escola e com outras experiências importantes para seu desenvolvimento”

O senhor mencionou durante a entrevista a preocupação com tratamentos excessivos. O que isso significa?

Bruno Sobral: Temos observado pedidos de cargas horárias extremamente elevadas para algumas crianças. Mais do que o impacto financeiro, precisamos pensar nos efeitos para o próprio paciente. Existem estudos científicos mostrando que o excesso de terapias nem sempre produz melhores resultados. Em muitos casos, a criança deixa de conviver com a família, com a escola e com outras experiências importantes para seu desenvolvimento. O tratamento precisa ser individualizado e baseado em evidências, não simplesmente na ideia de que mais horas significam melhores resultados. O nosso compromisso é garantir que cada criança receba o tratamento adequado, com equipes multidisciplinares, avaliações permanentes e na carga horária correta; nem mais, nem menos. O foco deve ser sempre a qualidade da assistência, baseada em evidências científicas e nas necessidades individuais de cada paciente.

Também existe preocupação com fraudes envolvendo o atendimento ao autismo?

Bruno Sobral: Infelizmente, sim.

O aumento dos diagnósticos abriu espaço para práticas oportunistas. Existem empresas e profissionais que acabam transformando o tratamento em um modelo de negócio, indicando procedimentos sem necessidade clínica ou cobrando por serviços que não agregam benefício ao paciente. Precisamos combater essas fraudes com firmeza, porque elas prejudicam as famílias, comprometem os recursos do sistema e afastam o foco do que realmente importa: oferecer um tratamento de qualidade para as pessoas com TEA.

Como encontrar esse equilíbrio entre acolhimento e responsabilidade técnica?

Bruno Sobral: Esse equilíbrio passa pela construção de confiança. As operadoras precisam acolher as famílias e direcionar cada criança para tratamentos verdadeiramente necessários, com equipes multidisciplinares e avaliações permanentes. Não se trata de oferecer mais ou menos atendimento, mas de oferecer o atendimento adequado para cada caso.

Ainda faltam diretrizes nacionais mais claras sobre o tratamento do autismo?

Bruno Sobral: Sem dúvida.

Precisamos que o Ministério da Saúde e a ANS avancem na construção de protocolos clínicos baseados em evidências científicas. Esses protocolos ajudam a organizar o sistema, dão segurança para as famílias, orientam os profissionais e evitam que decisões importantes sejam tomadas apenas com base em opiniões individuais. Quanto mais ciência tivermos na construção dessas diretrizes, melhor será o atendimento às crianças.

Que mensagem o senhor gostaria de deixar para as famílias de pessoas com autismo?

Bruno Sobral: Precisamos substituir o conflito pela parceria. Nosso compromisso é acolher essas famílias, combater fraudes e garantir que cada criança tenha acesso ao tratamento mais adequado para sua realidade. Esse caminho passa pelo diálogo, pela construção conjunta entre família, escola e saúde e, principalmente, pelo respeito à ciência.

“Precisamos que o Ministério da Saúde e a ANS avancem na construção de protocolos clínicos baseados em evidências científicas”

Foto: Antonio Augusto



PARCERIA

Anuário da Justiça Saúde Suplementar é lançado em cerimônia no STF

Publicação reúne dados sobre a atuação do Judiciário na área da saúde e marca os 20 anos do Anuário da Justiça

Foto: Antonio Augusto

Pablo Meneses, presidente do Instituto Consenso, destacou a importância de transformar dados e indicadores em ferramentas para compreender e aperfeiçoar a gestão e a judicialização.



Em uma cerimônia que reuniu algumas das principais lideranças do Judiciário e da advocacia brasileira, foi lançado, em 10 de junho, o Anuário da Justiça Saúde Suplementar, publicação da *Consultor Jurídico (ConJur)* que chega como uma importante fonte de informação sobre os caminhos da Justiça na área da saúde. O evento ocorreu no Salão Branco do Supremo Tribunal Federal (STF) e também marcou os 20 anos do Anuário da Justiça.

Presidente do Instituto Consenso, Pablo Meneses participou da cerimônia e destacou que a produção de dados qualificados e indicadores confiáveis é fundamental para aperfeiçoar a gestão pública e privada e contribuir para a formulação de políticas mais eficientes. "Aquilo que não é medido nunca pode ser gerido. O Anuário da Justiça Saúde Suplementar veio para nos ajudar a organizar, com números, métricas e informação, um espelho do tratamento dos processos e da Justiça brasileira", afirmou.

Meneses também chamou atenção para o papel desempenhado pelo Supremo Tribunal Federal na racionalização da judicialização da saúde, especialmente a partir de julgamentos que estabeleceram critérios objetivos para a definição de competências e fortaleceram a atuação dos Núcleos de Apoio Técnico do Judiciário (NatJus).

Segundo o presidente do Instituto Consenso, essas iniciativas já produzem efeitos no cenário nacional. "Pela primeira vez tivemos uma redução de 6% na judicialização, depois de anos de crescimento anual superior a 10%. O Supremo Tribunal Federal fortaleceu o papel do NatJus e garantiu que a saúde chegue a quem verdadeiramente precisa", enfatizou.

Na solenidade, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin, ressaltou a importância do Anuário da Justiça como instrumento de fortalecimento da transparência institucional e da democracia brasileira. Fachin também destacou a relação entre liberdade de imprensa e independência do Poder Judiciário, lembrando que as duas instituições exercem funções essenciais para a preservação do Estado Democrático de Direito.

> *"Aquilo que não é medido nunca pode ser gerido. O Anuário da Justiça Saúde Suplementar veio para nos ajudar a organizar, com números, métricas e informação, um espelho do tratamento dos processos e da Justiça brasileira"*
>
> **Pablo Meneses**
> PRESIDENTE DO INSTITUTO CONSENSO

"Ambos são chamados a desempenhar sua missão sob pressão. Ambos dependem da credibilidade pública. Ambos atuam como mediadores indispensáveis da vida democrática", afirmou Fachin.

Também discursaram durante o evento o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Beto Simonetti; a presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Vanessa Mateus; e o diretor da revista eletrônica *Consultor Jurídico*, Márcio Chaer.

Em um cenário em que decisões judiciais podem interferir diretamente no acesso a tratamentos, nos custos da assistência e na formulação de políticas públicas, conhecer os números é também uma forma de compreender os desafios que estão por trás deles.

Foto: Antonio Augusto



Pablo Meneses cumprimenta o presidente do STF, ministro Edson Fachin, durante o lançamento do Anuário da Justiça.

Magistrados, reguladores e especialistas em saúde se reúnem no Instituto Consenso.



Foto: Daniel Moutinho

CAPA



NatJus

Saúde e Justiça se encontram para debater decisões que mudam vidas

Magistrados, reguladores, pesquisadores e representantes do Ministério da Saúde se reuniram no Instituto Consenso para discutir os dez anos de amadurecimento do Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário

Uma decisão judicial pode mudar uma vida em poucas horas. Pode garantir um medicamento, autorizar um tratamento, determinar uma internação. Mas, por trás da caneta de um juiz, há uma pergunta cada vez mais complexa: como decidir sobre ciência, tecnologia e saúde em um país onde novas terapias surgem a todo momento?

É nesse ponto de encontro entre o Direito e a medicina baseada em evidências que atua o NatJus, o Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário. Dez anos depois de seus primeiros passos, a ferramenta cresceu, ganhou escala e se tornou parte da engrenagem que sustenta a tomada de decisões em saúde no país. Hoje, está presente nos 26 estados e no Distrito Federal e produz milhares de notas técnicas que ajudam a iluminar um dos terrenos mais sensíveis do Judiciário brasileiro.

Foi para discutir essa trajetória e, principalmente, os próximos passos, que o Instituto Consenso reuniu magistrados, reguladores, pesquisadores, representantes do Ministério da Saúde e especialistas durante um dia inteiro de debates, que aconteceu no último dia 25 de agosto.

Idealizado e organizado pela coordenadora do Instituto Consenso Thaíssa Matos o encontro colocou na mesma mesa todos os elos envolvidos nessa cadeia: do Conselho Nacional de Justiça ao Ministério da Saúde, passando pelas agências reguladoras, universidades e magistrados que atuam diretamente nos núcleos estaduais.

O resultado foi um retrato de uma estrutura que, em apenas uma década, deixou de ser novidade para se tornar um dos principais instrumentos de apoio à judicialização da saúde.

Foto: Daniel Moutinho



Daniel Silva de Azevedo, neurologista, doutor pela Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), participa do painel sobre segurança metodológica das notas técnicas.

Uma década e mais de 100 mil respostas

Os números ajudam a contar essa história. Somente em 2026, o NatJus já emitiu mais de 100 mil notas técnicas, volume que representa praticamente metade de tudo o que havia sido produzido ao longo do ano anterior. O crescimento transformou também a natureza do desafio.

Se antes era necessário apresentar a ferramenta e estimular sua utilização, agora a questão é outra: como responder a uma demanda cada vez maior mantendo qualidade, rigor e agilidade?

"Nosso desafio hoje é ter NatJus para dar conta de todas as demandas judiciais de saúde com qualidade", resumiu a conselheira do CNJ e supervisora do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus), Daiane Nogueira de Lira.

O próximo capítulo, discutido durante o encontro, passa pelo aperfeiçoamento contínuo das metodologias, pela ampliação da capacidade de resposta e pela integração cada vez maior entre os diferentes atores que produzem e utilizam conhecimento técnico em saúde.

> *"Nosso desafio hoje é ter NatJus para dar conta de todas as demandas judiciais de saúde com qualidade"*
>
> **Daiane Nogueira de Lira,**
> CONSELHEIRA DO CNJ E SUPERVISORA DO FONAJUS

Quando a Justiça precisa falar a língua da ciência

A judicialização da saúde cresce em um ritmo que ajuda a explicar a importância desse debate. Apenas em 2026, o Brasil já registrou 352 mil novos casos envolvendo o direito à saúde, praticamente divididos entre demandas da saúde pública e da saúde suplementar.

Por trás de cada processo há uma combinação particular de diagnóstico, tratamento, evidência científica, disponibilidade de tecnologias e urgência. É nesse cenário que as notas técnicas cumprem uma função essencial: organizar informações científicas e técnicas para subsidiar quem precisa tomar uma decisão.

Representando o Ministério da Saúde, o diretor de programa Rodrigo Portella definiu o NatJus como um "consenso da judicialização da saúde" e destacou sua importância tanto para os pacientes quanto para os gestores. Para ele, o fortalecimento da estrutura é fundamental para que decisões complexas possam contar com um suporte técnico cada vez mais robusto.

A diretora de fiscalização da Agencia Nacional de Saúde Suplementar, Eliane Medeiros, reforçou a importância da cooperação entre as instituições. Já o presidente da CNSaúde, Breno Monteiro, sintetizou o espírito do debate em três palavras que atravessaram diferentes painéis ao longo do dia: sustentabilidade, previsibilidade e racionalidade.

Foto: Daniel Moutinho



Rodrigo Portella, diretor de programa da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, representa a pasta na mesa de abertura do Encontro Técnico-Institucional sobre NatJus.



Eliane Medeiros, diretora de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), representa a agência na mesa de abertura do Encontro Técnico-Institucional sobre NatJus.



Breno Monteiro, presidente da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde), resume em três palavras o que considera essencial para o NatJus: sustentabilidade, previsibilidade e racionalidade.

O próximo passo: NatJus 4.0

A tecnologia apareceu como uma das grandes protagonistas do encontro. A juíza federal Luciana da Veiga Oliveira, do TRF4, apresentou o panorama do NatJus 4.0, nova etapa do sistema que prevê a integração das notas técnicas ao processo eletrônico e a incorporação de ferramentas de inteligência artificial.

A ideia é tornar o caminho entre a dúvida técnica e a informação qualificada mais rápido e integrado.

Os resultados já começam a aparecer. Segundo os dados apresentados, o tempo médio de resposta do NatJus Nacional caiu para cerca de três dias, dentro da meta estabelecida para os diferentes tipos de demanda. Em casos urgentes, o objetivo é responder em até 24 horas.

A velocidade, no entanto, não elimina a necessidade de profundidade. Pelo contrário. Quanto mais rápida a circulação da informação, maior a importância de saber de onde ela vem e como foi analisada.

Diferentes olhares, um objetivo comum

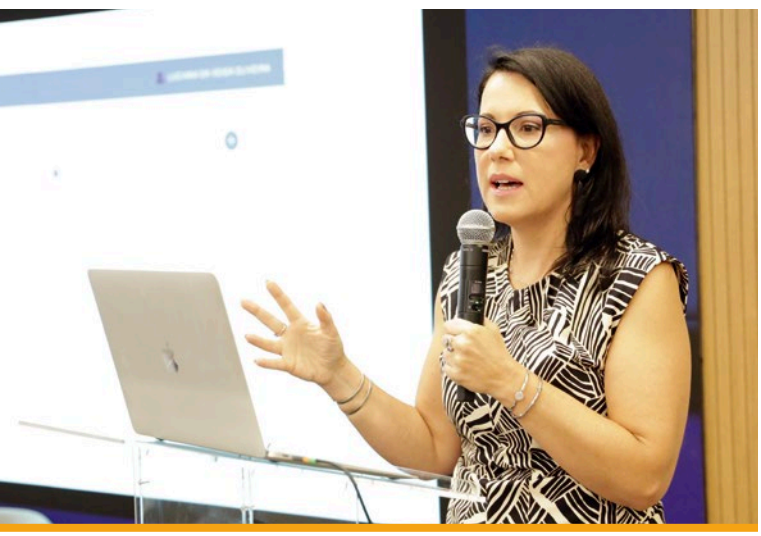
Um estudo apresentado pelos professores Daniel Wei Liang Wang, da FGV Direito SP, e Bruno da Cunha de Oliveira, do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), trouxe uma fotografia inédita da diversidade metodológica existente entre os diferentes núcleos do país.

A pesquisa mostrou que profissionais e equipes podem analisar um mesmo conjunto de informações e chegar a conclusões diferentes. Para Wang, isso não é necessariamente uma contradição. É também um reflexo da complexidade da ciência e da própria atividade de avaliação de evidências.

"Pessoas igualmente inteligentes, igualmente bem-intencionadas, podem olhar para os mesmos dados e chegar a conclusões diferentes", ponderou.

O estudo foi apresentado como uma oportunidade para compreender melhor a rede e identificar caminhos de aprendizado e aperfeiçoamento. A discussão, portanto, não girou em torno de apontar falhas, mas de entender como uma estrutura nacional, formada por diferentes experiências, pode ampliar o intercâmbio de conhecimento e fortalecer parâmetros comuns.

Foto: Daniel Moutinho



A juíza federal Luciana da Veiga Oliveira, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e integrante do Comitê Gestor Nacional do e-NatJus, apresenta o panorama do NatJus 4.0.

Foto: Daniel Moutinho



Daniel Wei Liang Wang, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV Direito SP), apresenta estudo inédito sobre as divergências nas decisões dos NatJus estaduais.

Uma rede que ganhou o país

A diversidade dos modelos estaduais também apareceu no painel sobre governança. A juíza Laysa de Jesus Paz Martins Mendes, supervisora do NatJus do Maranhão, contou a trajetória de um núcleo criado em 2020, em plena pandemia. O estado foi o último do país a estruturar sua unidade, mas hoje o núcleo já atua em demandas da saúde pública e suplementar e desenvolve mecanismos internos de revisão para reforçar a qualidade das análises.

"Eu não sei qual vai ser o futuro do NatJus, mas eu tenho certeza que ele é um instrumento que veio para ficar", afirmou.

Para a magistrada, essa mudança representa uma verdadeira transformação na forma como o Judiciário passou a lidar com as demandas de saúde. Ficou para trás o tempo em que decisões dessa complexidade podiam se apoiar exclusivamente na convicção do julgador, sem o respaldo de uma análise técnica. "Não há mais espaço para o decisionismo puro", afirmou.

A fala resume um sentimento presente ao longo do encontro: em uma década, o NatJus deixou de ser uma experiência localizada e passou a integrar uma rede nacional em permanente evolução.

Para Fernanda Vargas Terrazas, do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), a avaliação de tecnologias deve continuar tendo no SUS e na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) referências fundamentais, enquanto o NatJus exerce um papel complementar no apoio às decisões judiciais.

A divisão clara de responsabilidades entre as instituições foi apontada como um dos caminhos para tornar o sistema ainda mais integrado.

Foto: Daniel Moutinho



O professor titular do Instituto de Matemática e Estatística da USP, João Eduardo Ferreira, apresenta o EvidecIA Jud, ferramenta de inteligência artificial que auxilia na análise de casos de judicialização da saúde.

IA e a decisão humana

Mas há uma fronteira que, segundo o professor, permanece muito clara. "Ele não decide por ninguém. Isso é uma coisa importante", destacou Ferreira.

A frase traduz uma das principais conclusões do encontro: a tecnologia pode ampliar a capacidade humana de processar informações. Pode reduzir etapas, organizar documentos e facilitar o acesso ao conhecimento. Mas a responsabilidade pela decisão continua sendo humana.

A nova plataforma nacional de judicialização, apresentada pelo juiz federal Diego Viegas Veras, segue a mesma lógica de integração. A proposta é criar um fluxo mais organizado para o tratamento das demandas, aproximando diferentes etapas do processo e fortalecendo o uso do suporte técnico antes da judicialização.

> *"Eu não sei qual vai ser o futuro do NatJus, mas eu tenho certeza que ele é um instrumento que veio para ficar"*
>
> **Laysa de Jesus Paz Martins Mendes,**
> JUÍZA DE DIREITO DO TJMA

Uma engrenagem de bilhões de reais

A diretora de Judicialização do Ministério da Saúde, Tarciana Barreto Sá, apresentou um dado que dimensiona o impacto financeiro dessas decisões: somente em ações individuais, o Ministério da Saúde desembolsou cerca de R$ 2 bilhões em 2025.

O valor é próximo ao investimento realizado naquele ano em todo o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o SAMU. A complexidade desses números ajuda a explicar por que a judicialização da saúde deixou de ser um tema restrito aos tribunais. Ela envolve pacientes, médicos, gestores, hospitais, indústria, operadoras, reguladores e pesquisadores.

"Nós somos fãs da estrutura que tem sido feita pelo CNJ com os NatJus", afirmou Tarciana, destacando a importância do instrumento dentro da construção de soluções para o sistema.

A representante da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), Luciene Fontes Schluckebier Bonan, reforçou que a análise de uma nova tecnologia em saúde envolve diferentes camadas. A aprovação sanitária é uma etapa fundamental, mas a incorporação de um tratamento também exige comparação com alternativas já disponíveis e avaliação do impacto da tecnologia dentro do sistema.

A segurança metodológica das notas técnicas também teve espaço próprio na programação. Especialistas como a professora Patrícia Coelho de Soárez, da USP, a diretora jurídica do Hospital Albert Einstein, Rogéria Leoni Cruz, e a desembargadora federal Giselle de Amaro e França discutiram os desafios de traduzir uma ciência cada vez mais complexa em informações que possam apoiar decisões judiciais.

Outro painel foi dedicado especificamente à saúde suplementar, reunindo representantes da CNseg, da ANS e da Abramge. Os debates convergiram para uma mesma ideia: o crescimento do NatJus exige um processo permanente de aperfeiçoamento, revisão e atualização.

Não se trata de reinventar uma estrutura que já se consolidou, mas de acompanhar sua maturidade.

> *"Nós somos fãs da estrutura que tem sido feita pelo CNJ com os NatJus"*
>
> **Tarciana Barreto Sá,**
> DIRETORA DE JUDICIALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Foto: Daniel Moutinho



A diretora da DIJUD do Ministério da Saúde, Tarciana Barreto Sá, apresenta dados sobre o impacto orçamentário da judicialização durante o Encontro Técnico-Institucional sobre NatJus, no Instituto Consenso.

Foto: Daniel Moutinho



Luciene Fontes Schluckebier Bonan, diretora do DGITS/SECTICS/MS e representante titular da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), durante sua participação no painel sobre integração institucional do NatJus.

Uma carta para os próximos dez anos

O encerramento do encontro trouxe uma síntese concreta das discussões. O diretor jurídico da CNSaúde e coordenador do Instituto Consenso, Marcos Ottoni, fez a leitura de uma carta propositiva construída a partir dos debates realizados no Instituto Consenso.

O documento não propõe redesenhar o NatJus. Propõe fortalecer sua evolução.

Entre as sugestões estão a separação mais clara entre evidências científicas e ausência de evidências, avaliação da certeza da evidência por desfecho, utilizando a abordagem GRADE (Grading of Recommendations Assessment, Development and Evaluation), a criação de um módulo específico para a saúde suplementar e o uso de comparações entre os diferentes núcleos como ferramenta de aprendizado.

Também há um princípio que atravessou praticamente todos os debates sobre inteligência artificial: qualquer ferramenta tecnológica deve manter a supervisão humana. "Não propomos redesenhar essa arquitetura. Propomos critérios para ampliar a clareza, a comparabilidade e a confiança dessas notas técnicas", explicou Ottoni.

No encerramento, a juíza Cândida Inês Zoellner Brugnoli, coordenadora do Comitê Estadual de Saúde de Santa Catarina, deu a síntese que ficou do encontro. "O fortalecimento do NatJus exige mais do que evolução tecnológica. Exige integração institucional, atualização científica contínua, governança compartilhada e transparência metodológica", afirmou.

Dez anos depois de sua criação, o NatJus chega a uma nova fase. A discussão já não é apenas sobre a importância de apoiar tecnicamente as decisões judiciais em saúde. O desafio agora é acompanhar o tamanho que essa rede alcançou, integrar experiências, incorporar novas tecnologias e manter a ciência como uma referência comum.

No Instituto Consenso, o encontro mostrou que os próximos dez anos do NatJus provavelmente serão menos sobre construir uma ferramenta e mais sobre aperfeiçoar uma estrutura que já se tornou indispensável para compreender um dos temas mais complexos da vida contemporânea: como tomar decisões justas quando a ciência, a urgência e a vida se encontram no mesmo processo.

> *"Não propomos redesenhar essa arquitetura. Propomos critérios para ampliar a clareza, a comparabilidade e a confiança dessas notas técnicas"*
>
> **Marcos Ottoni,**
> DIRETOR JURÍDICO DA CNSAÚDE E COORDENADOR DO INSTITUTO CONSENSO



Foto: Daniel Moutinho

Conselheira Daiane Nogueira de Lira concede entrevista para o terceiro episódio da série Saúde Sem Rótulo

Durante o Encontro Técnico-Institucional sobre NatJus, a conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e supervisora do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus), Daiane Nogueira de Lira, gravou entrevista para o terceiro episódio da série de podcasts Saúde Sem Rótulo, apresentada por Basília Rodrigues. A conversa deve trazer bastidores da expansão do NatJus pelos 26 estados e o Distrito Federal e os próximos desafios da ferramenta na saúde suplementar.`

O desafio de proteger dados sem frear a inovação

Segunda edição do Código de Boas Práticas do Setor da Saúde reúne lideranças para discutir LGPD, inteligência artificial e os caminhos para uma governança de dados mais segura e eficiente



Foto: Antonio Augusto

Na saúde, informação é matéria-prima. Está no prontuário, no resultado de um exame, no histórico de atendimento e nas plataformas que conectam pacientes, profissionais e instituições. Mas, à medida que esses dados circulam e tecnologias como a inteligência artificial ganham espaço, cresce também uma questão decisiva: como compartilhar informação sem abrir mão da segurança, da ética e da privacidade?

Foi em torno desse desafio que o Instituto Consenso promoveu o lançamento, em 5 de agosto, da segunda edição do Código de Boas Práticas do Setor da Saúde, documento construído ao longo de dois anos por nove entidades que representam diferentes segmentos da cadeia da saúde. O lançamento reuniu parlamentares, autoridades, agências reguladoras e representantes do setor para discutir governança de dados, interoperabilidade e inovação.

Na abertura, Marcos Vinícius Ottoni, coordenador executivo do Código e diretor jurídico da CNSaúde, destacou o caráter colaborativo da iniciativa. “Se a gente tiver 98% de convergência e 2% de divergência, vamos deixar a divergência para cada entidade tratar e construir algo concreto, robusto, que possa ajudar todo o setor”, afirmou. A deputada federal Adriana Ventura (Novo-SP) também ressaltou a construção conjunta do projeto de lei sobre interoperabilidade de dados em saúde e a Rede Nacional de Dados de Saúde: “Embora a gente tenha visões diferentes, posicionamentos diferentes, a gente sabe que é uma construção de muitas mãos”.

> *“Se a gente tiver 98% de convergência e 2% de divergência, vamos deixar a divergência para cada entidade tratar e construir algo concreto, robusto, que possa ajudar todo o setor”*
>
> **Marcos Vinícius Ottoni**
> COORDENADOR EXECUTIVO DO CÓDIGO E DIRETOR JURÍDICO DA CNSAÚDE

Foto: Antonio Augusto



Marcos Vinícius Ottoni, coordenador executivo do Código de Boas Práticas e diretor jurídico da CNSaúde, destacou que a segunda edição do estudo foi construída ao longo de dois anos com a participação de diferentes segmentos da cadeia da saúde.

A tecnologia pede novas regras

Representando o ministro Alexandre Padilha, a secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde, Ana Estela Haddad, apresentou as iniciativas para estruturar uma arquitetura nacional de interoperabilidade entre o SUS e a saúde suplementar. Para ela, o avanço da inteligência artificial torna ainda mais importante criar mecanismos de governança. “Precisamos caminhar com segurança, avançando no valor de uso dos dados, ao mesmo tempo em que garantimos a proteção de dados, o uso ético e os controles necessários”, afirmou.

O tema também esteve no centro do painel sobre governança de dados, que reuniu Carla Soares, diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); Daniela Marreco, diretora da Anvisa; Hellen Miyamoto, diretora de Regulação Assistencial da FenaSaúde; e Caroline Rocabado, coordenadora jurídica em Proteção de Dados, Patentes e Inovação da Dasa, que mediou a discussão.

Daniela Marreco chamou atenção para uma mudança na forma de regular tecnologias de inteligência artificial. “Essas agências já estão falando de ciclo de vida, de acompanhar continuamente essa tecnologia, e não de uma autorização estática para aquele produto.” Carla Soares, por sua vez, destacou a evolução da ANS para uma regulação mais aberta à participação dos diferentes atores: “A gente vem caminhando para uma regulação responsiva, que se mostra quando os atores ajudam a cocriar”.

> *“Precisamos caminhar com segurança, avançando no valor de uso dos dados, ao mesmo tempo em que garantimos a proteção de dados, o uso ético e os controles necessários”*
>
> **Ana Estela Haddad**
> SECRETÁRIA DE INFORMAÇÃO E SAÚDE DIGITAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Proteger sem travar a inovação

A apresentação do Código ficou a cargo das coordenadoras acadêmicas Laura Schertel Mendes e Mônica Fujimoto, ao lado de Lorena Giuberti, diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Para Laura, a proteção de dados não deve ser vista como obstáculo à inovação, mas como uma de suas condições. “Aqui a gente não busca limitar o fluxo, mas, ao contrário, permitir o fluxo. A proteção de dados como viabilizadora da inovação e da segurança jurídica.”

Mônica Fujimoto chamou atenção para outro aspecto do documento: a proporcionalidade. A proposta, segundo ela, considera que instituições de diferentes portes não podem ser submetidas às mesmas exigências. “Não é proporcional esperar que um pequeno ou médio agente de tratamento adote as mesmas medidas de uma grande instituição. O Código foi pensado justamente para oferecer diretrizes compatíveis com essa diversidade”, disse.

No encerramento, representantes das entidades coautoras reforçaram o compromisso com a evolução das boas práticas no setor. Participaram Breno Monteiro, presidente da CNSaúde; Bruno Sobral, diretor-executivo da FenaSaúde; Roberto Cury, presidente do SINOG; Reginaldo Teófanes Ferreira de Araújo, presidente da Federação Brasileira de Hospitais (FBH); Rogéria Leoni Cruz, representante da Anahp; Rafael Arantes, representante da Abramed; e Deborah Couri, presidente da Abramge. Os representantes reforçaram o compromisso das entidades com o aprimoramento das boas práticas de proteção de dados e governança no setor da saúde.

Fotos: Antonio Augusto



Laura Schertel Mendes, Ana Estela Haddad e Marcos Vinícius Ottoni durante o lançamento da segunda edição do Código de Boas Práticas do Setor da Saúde.



Representantes das entidades coautoras e lideranças do setor da saúde celebram o lançamento da segunda edição do Código de Boas Práticas.

Mais do que um manual de procedimentos, a segunda edição do Código chega em um momento em que a saúde precisa encontrar um equilíbrio delicado: fazer os dados circularem para melhorar o cuidado, sem deixar que a velocidade da inovação ultrapasse os limites da segurança e da confiança.

“Não é proporcional esperar que um pequeno ou médio agente de tratamento adote as mesmas medidas de uma grande instituição. O Código foi pensado justamente para oferecer diretrizes compatíveis com essa diversidade”

Mônica Fujimoto
COORDENADORA ACADÊMICA DO CÓDIGO



Da esquerda para a direita: Bruno Sobral de Carvalho, Graccho Alvim, Reginaldo Teófanes, Marcos Ottoni, Luiz Fernando Silva e Fabrício da Mota Alves.



Da esquerda para a direita: Lucas Bonafé, Janaina Pena, Rogéria Cruz, Carolina Rocabado e Rafael Arantes.



O presidente do Conselho do Instituto posa ao lado da deputada Adriana Ventura (Novo-SP).



Da esquerda para a direita: Breno Monteiro, presidente do Conselho do Instituto Consenso, Bruno Sobral, conselheiro do Instituto Consenso, e Roberto Seme Cury, presidente do Sinog.



Daniela Marreco, diretora da Anvisa, ao lado do coordenador do Instituto Consenso Marcos Ottoni.



Caroline Rocabado (esquerda), coordenadora jurídica em Proteção de Dados, Patentes e Inovação da Dasa e Carla Soares (direita), diretora da Agência Nacional de Saúde.

EVENTOS

Entre as crises fiscais e a política, os desafios que podem redesenhar a saúde suplementar

No Diálogos Executivos, promovido pela FenaSaúde, especialistas mostraram como as decisões econômicas e políticas podem chegar ao bolso das famílias e ao acesso aos planos de saúde

Foto: Luiz Roberto

Especialistas, representantes do setor e convidados participam de mais uma edição do Diálogos Executivos, promovido pela FenaSaúde com apoio do Instituto Consenso, em Brasília.



Foto: Luiz Roberto



O advogado Murillo de Aragão, CEO da Arko Advice e presidente do Instituto Brasileiro de Direito Legislativo, participa do debate sobre os desafios políticos e fiscais do país.

O Brasil entra no ciclo eleitoral de 2026 carregando uma equação que mistura política, contas públicas e uma economia cada vez mais exposta às turbulências internacionais. De um lado, há a dificuldade histórica de avançar em reformas estruturais. De outro, um cenário externo marcado por conflitos geopolíticos, mudanças nas relações comerciais e uma disputa global por tecnologia e matérias-primas estratégicas. No meio dessa equação está um setor que sente diretamente os efeitos dessas transformações: a saúde suplementar.

O diagnóstico foi apresentado durante mais uma edição do Diálogos Executivos, promovido pela Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) com apoio do Instituto Consenso, em 6 de agosto. O encontro reuniu especialistas do mercado, da academia e da política para discutir os fatores que podem definir os próximos anos do país.

Participaram dos debates o economista Maurício Moura, fundador do Instituto Ideia e sócio do Fundo Gauss Zaftra; o advogado Murillo de Aragão, CEO da Arko Advice e presidente do Instituto Brasileiro de Direito Legislativo; e a economista Zeina Latif, doutora pela USP, colunista de *O Globo* e sócia-diretora da Gibraltar Consulting. A mediação ficou a cargo do jornalista Luiz Rila e de Bruno Sobral de Carvalho, diretor-executivo da FenaSaúde e conselheiro do Instituto Consenso.

> *“Nenhuma reforma no Brasil resolve o problema, ela sempre atenua o problema”*
>
> **Murillo de Aragão**
> ADVOGADO

Um país com pouco espaço para reformas

No primeiro painel, a discussão partiu de um problema conhecido, mas que ganha novos contornos às vésperas de uma eleição: a perda de confiança na economia brasileira.

Maurício Moura e Murillo de Aragão apontaram sinais que, na avaliação dos especialistas, ajudam a explicar a deterioração das expectativas. Entre eles estão mudanças no número de CPFs registrados na Receita Federal e a crescente dependência do financiamento da dívida pública em relação ao mercado doméstico.

Mas a política também mudou. Com maior concentração dos recursos do fundo eleitoral nas bancadas do Congresso, os partidos passaram a dar mais peso à eleição de deputados federais. O movimento reduz, segundo os especialistas, o incentivo para uma disputa presidencial pulverizada e pode levar o país a ter o menor número de pré-candidatos à Presidência desde a redemocratização.

A dificuldade de produzir mudanças estruturais, porém, permanece. Para Murillo de Aragão, o problema está justamente na quantidade de interesses envolvidos nas decisões nacionais. “Nenhuma reforma no Brasil resolve o problema, ela sempre atenua o problema, porque ninguém deixa”, afirmou.

A frase sintetiza um dos paradoxos da política brasileira: reformas podem até ser necessárias, mas avançam em um sistema no qual diferentes grupos têm capacidade de bloquear ou limitar mudanças que afetem seus interesses.

Eleição mais imprevisível

O desconhecimento sobre os candidatos é um dos fatores que podem tornar a disputa de 2026 especialmente imprevisível. Maurício Moura chamou atenção para uma característica peculiar do sistema eleitoral brasileiro: "O Brasil é um dos poucos países do mundo que vota de maneira espontânea." Na prática, muitos eleitores chegam à cabine de votação sem ter acompanhado previamente todos os nomes que disputam uma vaga.

> *"O Brasil é um dos poucos países do mundo que vota de maneira espontânea"*
>
> **Maurício Moura**
> ECONOMISTA

Foto: Luiz Roberto



O economista Maurício Moura, fundador do Instituto Ideia e sócio do Fundo Gauss Zaftra, durante debate sobre o cenário político e econômico brasileiro.

O especialista também chamou atenção para uma particularidade brasileira: o eleitor não recebe previamente uma lista de candidatos da qual precisa escolher. Na prática, muitos nomes só entram efetivamente no radar da população durante a campanha ou no próprio dia da votação.

A eleição de 2026 terá ainda uma característica que ganhou força nos últimos anos: a influência de acontecimentos internacionais sobre o debate doméstico. Tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos, a guerra na Ucrânia e os conflitos no Oriente Médio passaram a fazer parte de uma conversa que, tradicionalmente, era dominada por temas internos.

Ainda assim, há uma variável que continua decisiva: a percepção da população sobre a própria economia. Mais do que indicadores técnicos, é a sensação de melhora ou piora nas condições de vida que tende a influenciar o comportamento do eleitor.

A economia e o tabuleiro global

No segundo painel, Zeina Latif ampliou a lente e analisou o lugar do Brasil em um mundo marcado por incertezas.

A inflação global perdeu força depois do choque provocado pela pandemia, mas a instabilidade geopolítica continua impondo riscos. Nesse cenário, o Brasil possui algumas vantagens. Segundo a especialista, a condição de grande exportador de petróleo e produtos agrícolas, por exemplo, oferece ao país uma posição relativamente confortável diante de parte das turbulências externas.

As relações comerciais, entretanto, já sentem os efeitos da nova configuração internacional. Segundo Zeina, as exportações brasileiras para os Estados Unidos caíram 13% no primeiro semestre, enquanto as vendas para outros mercados cresceram 15%, compensando parcialmente a retração.

Há também uma oportunidade em setores considerados estratégicos para a economia do futuro. O Brasil possui reservas de minerais críticos e terras raras, matérias-primas importantes para tecnologias avançadas, inclusive para a indústria de inteligência artificial. O desafio é transformar essa vantagem natural em capacidade produtiva e tecnológica.

Para Zeina Latif, o principal obstáculo ao crescimento brasileiro continua sendo a baixa produtividade. Informalidade, distorções tributárias e uma formação profissional pouco conectada às necessidades da economia ajudam a explicar o problema. “O Brasil ser o país com maior número de advogados por habitante tem alguma coisa errada”, afirmou. Na avaliação da economista, enquanto algumas áreas formam profissionais em excesso, o país ainda carece de mão de obra qualificada em engenharia, ciência e tecnologia

É justamente quando a discussão econômica chega ao cotidiano das empresas e das famílias que a saúde suplementar entra no centro da conversa.

A cobertura dos planos de saúde permanece praticamente estagnada há cerca de uma década, atendendo aproximadamente um quarto da população brasileira. Para a maior parte dos brasileiros, o SUS continua sendo a principal, e muitas vezes a única, porta de entrada para o sistema de saúde.

O problema, segundo Zeina Latif, está relacionado também à capacidade financeira de quem paga por essa cobertura. O endividamento de famílias e empresas reduz o espaço para novos gastos e dificulta que empregadores ampliem ou mantenham benefícios como os planos de saúde.

É uma equação que ultrapassa os limites do setor: quando a renda das famílias está pressionada e as empresas enfrentam restrições financeiras, o acesso à saúde suplementar também encontra um teto.

Com a cobertura dos planos de saúde praticamente estagnada há uma década, o endividamento de famílias e empresas surge como uma barreira para ampliar o acesso à saúde suplementar

Por isso, a economista defendeu medidas regulatórias capazes de ampliar o acesso aos planos privados e, ao mesmo tempo, reduzir a pressão sobre o sistema público.

O debate promovido pela FenaSaúde expôs uma questão que deve acompanhar o Brasil muito além das eleições de 2026. Enquanto a demanda por serviços de saúde cresce e a população envelhece, a capacidade de ampliar a cobertura permanece limitada por fatores econômicos, regulatórios e financeiros.

Nesse cenário, o futuro do setor dependerá não apenas das decisões tomadas dentro das empresas ou das regras estabelecidas pelos órgãos reguladores. Estará ligado também à capacidade do país de recuperar produtividade, melhorar o ambiente econômico e construir consensos políticos capazes de destravar mudanças.

A economista Zeina Latif, doutora pela USP, colunista de O Globo e sócia-diretora da Gibraltar Consulting, durante sua participação no Diálogos Executivos.

Foto: Luiz Roberto



Frente Parlamentar da Saúde vai ao Rio Grande do Sul debater sustentabilidade dos serviços de saúde

Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Serviços de Saúde esteve em Porto Alegre para discutir os desafios econômicos e estruturais enfrentados por hospitais, clínicas e laboratórios gaúchos

O presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Serviços de Saúde, deputado federal Pedro Westphalen (PP-RS), esteve em Porto Alegre, em 3 de agosto, para discutir os desafios que pressionam hospitais, clínicas, laboratórios e outros prestadores de serviços de saúde do Rio Grande do Sul. O encontro reuniu representantes do setor e autoridades para discutir caminhos para garantir a sustentabilidade da rede assistencial.

Entre os temas debatidos estiveram a apresentação do projeto de lei que cria a Política Nacional de Diagnóstico Laboratorial (PNDL), a regulamentação da inteligência artificial aplicada à saúde e a jornada de trabalho em escala 6×1, o prontuário eletrônico e a modernização da Lei dos Planos de Saúde.

Durante o encontro, Westphalen apresentou resultados da atuação da Frente Parlamentar, como a suspensão das metas do SUS durante a pandemia, a aprovação de medidas que garantiram o repasse integral de recursos a estabelecimentos contratualizados e avanços relacionados à reforma tributária e à desoneração de equipamentos e insumos de saúde.

A secretária estadual da Saúde do Rio Grande do Sul, Lisiane Wasem Fagundes, destacou que o setor enfrenta uma combinação de subfinanciamento, aumento dos custos assistenciais e novos desafios tecnológicos. Para ela, o momento exige transformar o diagnóstico dos problemas em medidas capazes de sustentar o atendimento à população.

O encontro reuniu diversos representantes de instituições e entidades do setor de saúde, com rrepresentação nacional e do estado do Rio Grande do Sul. A articulação contou com o especial apoio da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Rio Grande do Sul (FEHOSUL) e da Federação das Santas Casas e Hospitais Sem Fins Lucrativos do RS (FederaçãoRS).

INCLUSÃO

Os desafios sensoriais da vida adulta e seus impactos no ambiente de trabalho

Reconhecer os desafios sensoriais da vida adulta é condição essencial para a saúde mental e para a produtividade no ambiente de trabalho



Foto: arquivo pessoal

O mundo adulto contempla muitas sensações. Para algumas pessoas, lidar com a diversidade de estímulos do ambiente de trabalho é extremamente desafiador: sensibilidade a cheiros, barulhos e luzes pode causar sobrecarga sensorial, dor de cabeça, desregulação emocional e queda de desempenho. Mesmo pouco discutido, por ser uma deficiência invisível, o Transtorno de Processamento Sensorial (TPS) afeta diretamente a trajetória profissional do indivíduo, impactando a saúde mental, física e a produtividade no trabalho. Empresas "Sensory Friendly", flexibilidade nas rotinas e recursos que minimizem a sobrecarga são estratégias que podem mudar esse cenário.

A forma como percebemos e compreendemos as sensações é a base para todo o resto. Nossos sistemas sensoriais trabalham em conjunto para que entendamos nosso corpo e o mundo onde vivemos, de modo que qualquer alteração nesse processamento pode impactar todas as respostas que dependem dessa compreensão. Adaptar-se ao ambiente de trabalho, com suas demandas multissensoriais, cognitivas e emocionais, depende

> *"O barulho das pessoas falando enquanto preciso me concentrar. A luz branca e forte que reflete sobre a minha mesa de trabalho. O perfume da colega que fica sentada ao meu lado. O turno de trabalho acaba e não me sobra energia para mais nada"*

Fernanda Guinter Herter
TERAPEUTA OCUPACIONAL

diretamente de como esses estímulos são percebidos, processados e integrados — e alterações nesses processos tendem a gerar respostas ineficientes e comportamentos mal compreendidos pelo ambiente ao redor.

Já se sabe que alterações de processamento e integração sensorial estão presentes em mais de 90% dos casos de Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo até critério diagnóstico nos manuais. Mas desafios sensoriais também aparecem em muitos outros diagnósticos: TDAH, Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), prematuridade, traumas e condições de saúde mental, como ansiedade generalizada e depressão.

A maior meta-análise já publicada sobre o tema (2022) reuniu 33 estudos e mais de 2 mil participantes, mostrando que trauma e estresse pós-traumático apresentam um padrão sensorial especialmente relevante para o trabalho: sensibilidade e esquiva muito acima do esperado, e busca sensorial muito abaixo — o que se traduz em evitar ambientes estimulantes e esgotar-se rapidamente. Adultos com hiper-reatividade sensorial apresentam diferenças significativas em domínios centrais ao desempenho: dor corporal, saúde geral, vitalidade, funcionamento social e saúde mental. Trata-se de uma desvantagem mensurável e silenciosa em tudo que sustenta presença, engajamento e desempenho no trabalho.

Para algumas pessoas, lidar com a diversidade de estímulos do ambiente de trabalho é extremamente desafiador: sensibilidade a cheiros, barulhos e luzes pode causar sobrecarga sensorial, dor de cabeça, desregulação emocional e queda de desempenho

Evidências recentes mostram que a combinação entre sensibilidade interoceptiva aumentada — a percepção de sinais do próprio corpo, como cansaço ou tensão muscular — e a dificuldade em identificar e verbalizar emoções (alexitimia) está associada à amplificação de sintomas físicos e ao esgotamento na vida adulta, mesmo sem diagnóstico de TEA. Esses desafios impactam diretamente a capacidade de trabalhar em equipe e de se relacionar de forma colaborativa e empática no ambiente profissional.

Muitas dessas pessoas não conseguem identificar claramente — e sequer nomear — as próprias sensações, o que limita sua capacidade de pedir ajuda e buscar soluções. A sobrecarga sensorial rotineira pode desencadear crises de enxaqueca, ansiedade e quadros gastrointestinais, sem que a pessoa saiba a real origem de tudo isso. Os padrões de TPS descritos na Teoria de Integração Sensorial de Ayres, amplamente confirmados por pesquisas neurocientíficas contemporâneas, aparecem no ambiente profissional sob formas específicas — e frequentemente mal interpretadas por colegas e gestores:

- desconforto com crachás, uniformes, apertos de mão ou mesas compartilhadas — muitas vezes lido como frieza ou falta de educação;
- desconforto com escadas rolantes, elevadores cheios ou cadeiras instáveis;
- dificuldade em perceber sinais sociais sutis ou instruções em ambientes ruidosos — confundida com desinteresse ou falta de engajamento;
- dificuldade em permanecer parado por muito tempo, com necessidade de se mexer, levantar-se ou caminhar durante ligações para manter o foco — impactando atenção e produtividade;
- desorganização persistente e dificuldade em aprender novos processos — muitas vezes avaliadas, injustamente, como baixa capacidade cognitiva ou falta de comprometimento.

Na Integração Sensorial de Ayres®, é comum usar a metáfora do iceberg: acima da linha d'água está apenas uma pequena fração da massa total, mas é a parte submersa que sustenta o que vemos. O TPS se manifesta, na ponta do iceberg, por meio de comportamentos — por

Foto: Antonio Augusto



isso, essas pessoas costumam ser rotuladas como preguiçosas, desinteressadas ou difíceis. Um colaborador que evita almoços em equipe ou tem quedas de desempenho inexplicáveis pode estar, na verdade, expressando desafios de registro, percepção e integração sensorial. Reconhecer essas expressões como manifestações sensoriais — não como falhas de caráter — é o primeiro passo para que colegas, gestores e a própria pessoa parem de tentar apenas "corrigir" o comportamento e passem a investigar sua origem.

A atuação da terapia ocupacional nesse cenário é ampla: vai desde a avaliação — compreendendo os desafios de desempenho, regulação e participação do indivíduo — até a intervenção clínica, com estratégias que ampliam a tolerância e constroem respostas adaptativas mais eficientes, além de modificações no ambiente e recursos sensoriais que apoiem a regulação. O foco não está em cobrar mais esforço do indivíduo, mas em reconhecer, adaptar e tratar a base sensorial do problema — e não apenas o seu sintoma comportamental.

A evidência científica que sustenta essa atuação vai muito além da infância. Um estudo de 2003 acompanhou adultos com hiper-reatividade sensorial em um protocolo de um mês, com educação sobre defensividade sensorial e engajamento diário em atividades estruturadas — com reduções significativas na defensividade sensorial e na ansiedade. Ensaios clínicos randomizados com crianças demonstram que a Integração Sensorial de Ayres®, aplicada com protocolo padronizado, produz ganhos significativamente maiores em habilidades funcionais, autocuidado e socialização, achados replicados em mais de um estudo. Existe, portanto, base de evidência sólida de que tratar funciona.

Os desafios sensoriais vivenciados por adultos podem estar entre os principais responsáveis por prejuízos na produtividade no trabalho — e um dos motivos mais frequentes, ainda que não reconhecidos, de problemas de saúde mental. Para boa parte da população economicamente ativa, o barulho da sala, a luz branca na tela, o perfume da colega ao lado e a exaustão ao fim do expediente não são incômodos triviais — são a manifestação diária de um sistema nervoso que processa o mundo de forma diferente, e que nunca recebeu o nome, a validação ou o cuidado que precisava.

Os números revisados aqui deixam claro que o custo desse silêncio não é apenas individual — ele se acumula em afastamentos, desempenho abaixo do potencial, desgaste emocional e trajetórias de saúde mental que poderiam ter sido diferentes. Mas também deixam claro que existe caminho de volta: ambientes de trabalho mais sensorialmente conscientes, associados a diagnóstico e tratamento qualificados, têm respaldo científico para mudar essa trajetória, em qualquer fase da vida.

Reconhecer os desafios sensoriais como questão legítima de saúde — não uma peculiaridade a ser escondida ou falha de desempenho a ser corrigida — é o primeiro passo. O segundo é agir: empresas devem investir em ambientes sensorialmente inteligentes; profissionais de saúde devem investigar a base sensorial por trás de queixas de ansiedade e sobrecarga; e cada pessoa que se reconheceu na cena do início deste texto deve buscar avaliação especializada. O TPS não pode continuar sendo uma deficiência invisível — nem para quem convive com ele, nem para as instituições das quais faz parte, silenciosamente, todos os dias.

EVENTOS

Instituto Consenso participa da posse da nova Presidência do STJ

O presidente do Instituto Pablo Meneses e o coordenador Marcos Ottoni representaram a entidade na solenidade que empossou os ministros Luis Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques

Foto: Lucas Pricken/STJ



Foto: Kiss Vasconcelos



O coordenador do Instituto Consenso, Marcos Ottoni, ao lado do ministro Mauro Campbell Marques, empossado vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para o biênio 2026-2028.

O Instituto Consenso participou da cerimônia de posse da nova cúpula do Superior Tribunal de Justiça (STJ), realizada no dia 19 de agosto, em Brasília. A entidade foi representada pelo presidente Pablo Meneses e pelo coordenador Marcos Ottoni. Na solenidade, o ministro Luis Felipe Salomão assumiu a presidência do tribunal, sucedendo o ministro Herman Benjamin, enquanto o ministro Mauro Campbell Marques tomou posse como vice-presidente. Os dois também passam a comandar o Conselho da Justiça Federal (CJF) até 2028.

A cerimônia reuniu autoridades como o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta; além de representantes de outros tribunais superiores e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Em seu discurso, o novo presidente do STJ afirmou que a nova gestão terá como prioridades o uso responsável da inteligência artificial a serviço da sociedade, o fortalecimento da transparência e do acesso à Justiça e o aprimoramento da capacitação de magistrados e servidores.



Para o Instituto Consenso, que atua promovendo o diálogo entre Judiciário, setor de saúde e demais instituições ligadas ao tema, a renovação da diretoria do STJ marca um momento relevante para a continuidade de pautas caras à entidade. “É uma honra acompanhar de perto esse momento tão importante para o Judiciário brasileiro. Seguimos à disposição para colaborar com a nova gestão em tudo que for possível para o aprimoramento da Justiça no país”, afirmou Pablo Meneses.

PESQUISA

Elas estão no comando: mulheres ganham espaço à frente dos negócios de saúde

Dados do Mapa da Saúde 2026 revelam o avanço do empreendedorismo feminino no setor privado, com mulheres responsáveis por 64,9% das empresas ativas e presença ainda maior entre microempresas e MEIs

Simone Carrara, cirurgiã-dentista com mais de 40 anos de profissão, retrata uma mudança de cenário: se no passado poucas mulheres ocupavam os espaços da odontologia, hoje elas são maioria nas salas de atendimento e à frente dos negócios.

Foto: Antonio Augusto



Foto: Antonio Augusto



Simone Carrara relembra como era o empreendedorismo na odontologia no início de sua carreira, quando os consultórios eram individuais e segmentados, com uma única cadeira por profissional.

Durante décadas, a imagem do profissional de saúde à frente do próprio negócio esteve associada, sobretudo, a homens de jaleco atrás da mesa de comando. Essa fotografia está mudando. E os números mais recentes ajudam a explicar por quê.

O Mapa da Saúde 2026, elaborado pela CNSaúde a partir de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Receita Federal, revela um protagonismo feminino expressivo no setor privado de saúde. Em junho de 2026, 64,9% dos responsáveis pelas empresas ativas do segmento eram mulheres. Entre as microempresas, elas chegam a 70%. No universo dos Microempreendedores Individuais (MEIs), a presença feminina alcança impressionantes 89,9%.

O dado ganha ainda mais relevância quando colocado diante do tamanho do mercado. O levantamento contabilizou 997.713 empresas ativas ligadas ao setor privado de saúde em junho deste ano, 101.580 a mais que no mesmo período de 2025, uma expansão de 11,34% no estoque de CNPJs ativos. A CNSaúde faz uma ressalva importante: esse crescimento cadastral não significa, necessariamente, aumento equivalente da oferta de serviços, empregos ou capacidade assistencial.

Ainda assim, o retrato é inequívoco: a saúde privada brasileira é um território cada vez mais ocupado por mulheres.

O tamanho do avanço

A transformação não acontece apenas na propriedade ou gestão dos negócios. Ela acompanha uma mudança mais ampla na própria composição das profissões da saúde.

Segundo levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego, 65,1% dos vínculos formais nas atividades de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais eram ocupados por mulheres em 2023. Nas ocupações de nível superior, elas representavam 73,8% dos vínculos nas chamadas áreas de cuidado, que incluem saúde, educação e bem-estar.

Na medicina, a virada também já chegou. O Conselho Federal de Medicina informou, em março de 2026, que as mulheres representam 50,9% dos médicos brasileiros, tornando-se maioria na profissão. O próprio CFM, porém, destaca um paradoxo: embora sejam maioria entre os profissionais, elas ainda têm participação menor nos espaços de decisão e liderança.

Em junho de 2026, 64,9% dos responsáveis pelas empresas ativas do segmento eram mulheres

Na odontologia, a presença feminina também é expressiva. Dados atualizados pelo Conselho Federal de Odontologia em julho de 2026 contabilizam 94.220 cirurgiãs-dentistas especialistas, contra 65.730 homens.

Ou seja: a mulher não está apenas entrando na saúde. Ela está ocupando consultórios, clínicas, especialidades e, cada vez mais, os lugares onde as decisões são tomadas.

A mudança também pode ser percebida na trajetória de quem acompanhou essa transformação de perto. Quando a cirurgiã-dentista Simone Carrara iniciou a carreira, o empreendedorismo na odontologia tinha outro desenho. Os consultórios eram, em geral, individuais e segmentados. “Quando eu comecei, cada um tinha o seu espaço, tinha a sua unidade. Era um consultório fechado. Se tinha um consultório, tinha uma cadeira e ela sozinha”, lembra.

Simone esteve entre as profissionais que apostaram em um modelo diferente, o das clínicas multidisciplinares. Para ela, a transformação que levou mais mulheres a ocupar espaços de comando também passa por uma mudança de postura. “Eu acho que foi só a questão de acreditar. [...] Foi uma escolha mesmo, uma decisão. A gente não se intimidar”, arrematou.

> *“Eu acho que foi só a questão de acreditar. [...] Foi uma escolha mesmo, uma decisão: a gente não se intimidar”*
>
> **Dra. Simone Carrara**
> CIRURGIÃ-DENTISTA

A dimensão da mudança aparece em uma lembrança que ela guarda dos primeiros eventos da área. Nos anos 1990, em um encontro sobre disfunção temporomandibular, havia apenas duas mulheres no auditório, segundo seu relato. Hoje, estima que elas representem cerca de 70% do público desses eventos.

É uma inversão que ajuda a traduzir a transformação de uma profissão.

Simone Carrara lembra que, nos anos 1990, um evento sobre disfunção temporomandibular reunia apenas duas mulheres no auditório; hoje, elas seriam cerca de 70% do público nesses encontros.



Foto: Antonio Augusto

A mulher que abre a própria porta

O Mapa da Saúde mostra, porém, que esse protagonismo tem uma fronteira bastante clara: quanto maior a empresa, menor a presença feminina.

Nas microempresas, as mulheres são 70% dos responsáveis. Nos pequenos negócios, chegam a praticamente metade, com 49,7%. Já nas médias e grandes empresas, os homens são 67,9% dos responsáveis.

O fenômeno é importante porque mostra que conquistar espaço não é exatamente o mesmo que chegar ao topo de toda a pirâmide. A porta de entrada das mulheres no empreendedorismo da saúde está amplamente aberta, mas o caminho até os negócios maiores ainda apresenta obstáculos.

O relatório da CNSaúde chama atenção para esse contraste e aponta a necessidade de ampliar acesso a crédito, formação gerencial, inovação, redes de apoio e oportunidades de crescimento para as empreendedoras.

Há ainda outro dado revelador: 91,7% das empresas do setor são micro ou pequenas. Isso significa que o protagonismo feminino está acontecendo, em grande medida, nos pequenos negócios que formam a capilaridade do sistema privado de saúde.

A ascensão feminina na saúde também acontece em um contexto no qual as mulheres passaram a ter maior escolarização e presença profissional. O avanço registrado no Mapa da Saúde representa uma mudança de lugar.

A mulher já não é apenas quem cuida dentro da clínica. Cada vez mais, é também quem decide seus rumos, investe, lidera equipes e assume os riscos do negócio. O desafio agora é fazer essa transformação avançar para além das pequenas estruturas e ocupar, de vez, os espaços de maior poder e decisão.



Foto: Antonio Augusto

A ministra Cármen Lúcia ao lado da cardiologista e professora Ludhmila Hajjar, uma das autoras da obra.

EVENTOS

Ludhmila Hajjar promove homenagem pelos 20 anos de Cármen Lúcia no STF

Livro “Cármen Lúcia: Lúcida, luz, ela” reúne vinte homenagens de nomes como Rosa Weber, Fernanda Montenegro, Emicida e Caetano Veloso em torno da trajetória da ministra no Supremo Tribunal Federal

O Instituto Consenso recebeu, no dia 18 de agosto, o lançamento do livro "Cármen Lúcia: Lúcida, luz, ela", em uma noite dedicada a celebrar a coragem, a independência e o compromisso constitucional da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia. A obra homenageia os 20 anos de trajetória da magistrada e reúne textos de 20 amigos da ministra.

Organizado pela jornalista Mariana Oliveira e publicado pela editora Amanuense Livros, o livro segue uma arquitetura simbólica: 20 homenagens, 20 imagens e 20 frases para contar duas décadas de STF. Nas páginas da obra, juristas como Rosa Weber, Ayres Britto, Andréa Pachá e Maria Tereza Sadek dividem espaço com artistas como Fernanda Montenegro, Caetano Veloso, Marisa Monte, Emicida e Alcione. Completam a lista de autores nomes da sociedade civil como Maria da Penha, Luiza Trajano e Paula Lavigne, além de pessoas que conviveram com a ministra no dia a dia de trabalho, como Eduardo Toledo e Emília Costa.

Entre os autores está também a cardiologista e professora titular da Disciplina de Emergências da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) Ludhmila Hajjar, que assina um dos vinte textos que compõem a obra e também participou do lançamento do livro. Juntas, as vozes revelam diferentes dimensões da ministra: a magistrada firme e independente, a leitora apaixonada, a mulher atenta ao seu tempo e a voz que fez da palavra uma forma de resistência.

O resultado é um retrato plural, afetuoso e surpreendentemente íntimo de Cármen Lúcia, descrita pelos organizadores como alguém que compreende a Constituição não como promessa distante, mas como responsabilidade diária.



Cármen Lúcia, a organizadora Mariana Oliveira e o presidente do Instituto Consenso, Pablo Meneses, durante o lançamento do livro.



Cármen Lúcia, ministra do STF, ao fundo a jornalista Mariana Oliveira, organizadora do livro, responsável por reunir os vinte textos que compõem a obra.



A ministra ao lado do presidente do Instituto Consenso, Pablo Meneses, na sede da entidade.



Cármen Lúcia autografa exemplares do livro para os convidados presentes ao lançamento.

Fotos: Antonio Augusto

ARTIGO

Sobre “Saúde Suplementar em Transição”: convergências, assimetrias e omissões — uma leitura do lado pagador



Análise do white paper Interfarma / L.E.K. Consulting (2026)

Por Fabio Miranda
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO TÉCNICO
DO INSTITUTO CONSENSO

Em agosto de 2026, a Interfarma publicou, em parceria com a consultoria L.E.K., o white paper Saúde Suplementar em Transição: Acesso à Inovação e Valor Assistencial. O documento reúne dados sobre as pressões sobre a saúde suplementar e propõe mudanças regulatórias em três frentes: terapias avançadas, medicamentos orais de uso domiciliar e regulamentação da Lei 14.454/2022 [1].

Esta análise reconhece os acertos do diagnóstico e os espaços de convergência, mas examina também as escolhas metodológicas e os saltos inferenciais que condicionam as recomendações do estudo.

Nossa tese é direta: **o white paper identifica pressões estruturais reais, mas recomenda expansão de cobertura sem estimar seu impacto orçamentário marginal e sem discutir, com igual ênfase, as contrapartidas econômicas e os instrumentos de mitigação de risco.** A divergência não está no valor da inovação, mas no peso atribuído a preço, incerteza da evidência e capacidade de financiamento.

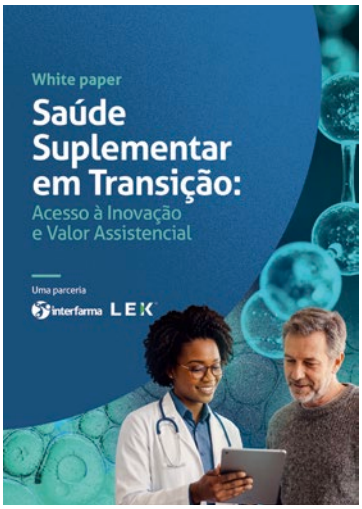
Onde o estudo acerta

O white paper identifica corretamente três pressões estruturais: transição demográfica, ineficiência assistencial — incluindo fraudes, sobreutilização e incentivos do fee-for-service — e insegurança jurídica associada à cobertura extra-Rol. São temas reconhecidos pelo setor pagador e sobre os quais há espaço concreto de convergência.

Rocha, Furtado e Spinola projetaram que as necessidades de financiamento em saúde podem crescer de 9,2% do PIB, em 2017, para

12,5% em 2060, chegando a 13,2% em cenário de baixo crescimento [2]. Em exercício posterior, a Instituição Fiscal Independente estimou que a demografia não alcança 30% da pressão incremental, enquanto o "fator misto" — inflação setorial, inovação e outros componentes — chega a 47,1% em 2050 [3]. O envelhecimento é incontornável, mas não explica sozinho a pressão financeira; tampouco se pode atribuir exclusivamente à tecnologia todo o fator misto.

Foto: FenaSaúde



Campanha Saúde Sem Fraude, lançada pela FenaSaúde em 2023. A iniciativa exemplifica a mobilização do setor pagador no enfrentamento de fraudes e desperdícios — agenda necessária, mas que não substitui a avaliação de preço, benefício e impacto orçamentário das novas tecnologias.

O estudo também acerta ao colocar a eficiência assistencial no centro do debate. Pagamento por volume, fragmentação do cuidado, duplicidade de exames, sobreutilização e fraudes deslocam recursos de intervenções de maior benefício. A campanha Saúde Sem Fraude e o estudo do IESS com a EY mostram que o setor já vinha investindo nessa agenda [4,5]. Combatê-la, porém, não dispensa a avaliação do preço e do impacto orçamentário das novas tecnologias.

Há ainda convergência quanto à previsibilidade jurídica. A Lei 9.656/1998, alterada pela Lei 14.454/2022, e a interpretação fixada pelo STF na ADI 7.265 formam uma moldura que precisa ser operacionalizada pela regulação [6]. Operadoras, prestadores, indústria e beneficiários têm interesse em critérios claros, procedimentos verificáveis e decisões tempestivas. O dissenso está no conteúdo desses critérios e na distribuição de riscos e custos.

A estrutura do argumento — e por que a conclusão não decorre das premissas

O argumento central do white paper pode ser reconstruído, sem distorcer seu conteúdo, em duas premissas e uma conclusão implícita:

Da contribuição histórica à decisão marginal: o elo que falta

PREMISSA 1 – segundo white paper

Medicamentos entregam valor terapêutico e social e responderiam por aproximadamente 60% do ganho de expectativa de vida.

PREMISSA 2 – segundo white paper

Medicamentos representariam aproximadamente 7% das despesas assistenciais, menos que as ineficiências do sistema.

↓

O QUE A CONCLUSÃO EXIGE – MAS O ESTUDO NÃO DEMONSTRA

Impacto marginal • população elegível • beneficiário incremental • preço e valor • incerteza • custo de oportunidade

↓

CONCLUSÃO IMPLICITA

A ampliação da cobertura de medicamentos não constituiria o principal risco à sustentabilidade do setor.

As duas premissas contêm proposições relevantes: medicamentos contribuíram para ganhos de saúde, e combater desperdícios é indispensável. O problema está na passagem dessas proposições gerais para uma conclusão sobre expansões específicas. **Elas não demonstram que o impacto marginal seja suportável nem que os preços sejam proporcionais ao benefício clínico incremental.**

A relevância dessa lacuna aparece nas terapias avançadas. Estudo brasileiro sobre 15 produtos estimou impacto acumulado entre R$ 16,6 bilhões e R$ 53,0 bilhões em cinco anos, conforme incidência e velocidade de incorporação ao SUS [7]. O intervalo não é diretamente transferível à saúde suplementar, mas evidencia a necessidade de estimar população elegível, preço e impacto orçamentário.

O primeiro salto inferencial transforma o valor histórico agregado da inovação em justificativa para produtos específicos. A contribuição de uma categoria heterogênea ao longo de décadas não resolve a decisão sobre uma molécula, para determinada indicação e a determinado preço. O raciocínio é semelhante ao da alimentação: reconhecer sua importância para a saúde não torna todo alimento nutricionalmente valioso, nem estabelece qualquer preço como aceitável. Essa decisão depende do comparador, da qualidade da evidência, da magnitude do benefício, da população elegível e do custo de oportunidade. Na oncologia, Vokinger e colaboradores encontraram relação limitada entre preço e benefício clínico [8]. O valor da inovação precisa ser demonstrado e negociado produto a produto.

O segundo salto está na comparação entre gasto farmacêutico e ineficiências. Fraudes, sobreutilização e preços incompatíveis com o valor são problemas distintos e simultâneos. Mesmo que a estimativa de R$ 52,5 bilhões seja aceita, ela não informa o retorno marginal de uma nova despesa, não demonstra sua viabilidade financeira nem elimina o custo de oportunidade imposto aos demais serviços. Reduzir ineficiências é necessário; exigir valor compatível com o preço também.

Os números de 60% e 7% dão força às premissas do white paper e, por isso, merecem escrutínio próprio. Mas a crítica central não depende de rejeitá-los. Ainda que fossem aceitos integralmente, não demonstrariam que determinada expansão de cobertura é financeiramente suportável nem que o preço de uma tecnologia é proporcional ao benefício. A decisão marginal continua a exigir avaliação da evidência, da população elegível, do impacto orçamentário e do custo de oportunidade.

Conclusão: uma agenda comum

Reconhecer a contribuição histórica dos medicamentos, sua participação agregada nas despesas ou mudanças no fluxo regulatório não resolve a decisão sobre uma tecnologia concreta. O problema da cobertura é marginal: depende do produto, da indicação, da população elegível, da evidência, do preço e da restrição orçamentária. As fragilidades dos indicadores utilizados reforçam essa cautela, mas a conclusão permanece válida mesmo que eles sejam aceitos integralmente.

A convergência possível parte daí. O acesso sustentável exige avaliação de tecnologias, estimativa transparente de impacto orçamentário e custo de oportunidade, negociação de preço e mecanismos de mitigação das incertezas clínicas e financeiras. Tetos de impacto, acordos de compartilhamento de risco, monitoramento e reavaliação podem integrar essa agenda, sem substituir evidência robusta nem uma relação justificável entre preço e benefício.

Ao pagador cabe aperfeiçoar avaliação, dados, contratação e cuidado baseado em valor; ao regulador, produzir critérios previsíveis e compatíveis com a moldura constitucional; à indústria, oferecer preços, garantias e partilha de risco compatíveis com o benefício e a capacidade de financiamento. O white paper contribui ao recolocar o acesso no centro do debate, mas sua agenda somente será sustentável se o valor histórico da inovação não substituir a análise das decisões marginais. Uma agenda equilibrada não pergunta apenas quanto custa não incorporar. Pergunta também quem assume a incerteza, quais serviços deixam de ser financiados e que responsabilidade cabe a cada ator — inclusive à indústria — para tornar o acesso sustentável.

LEIA A VERSÃO INTEGRAL E CONSULTE AS REFERÊNCIAS

Três números que precisam de escrutínio

Os números de 60% e 7% não são ilustrações periféricas: sustentam as duas premissas que dão força à conclusão do white paper. A alegada queda no ritmo de incorporação cumpre função semelhante no diagnóstico sobre acesso. Nos três casos, é preciso distinguir o número apresentado, o dado que efetivamente existe e a inferência que pode ser sustentada.

O cálculo para chegar ao "aproximadamente 60%" é reproduzível (diagrama ao lado), mas não corresponde ao aferido na série mundial original citada. O ganho de 3,70 anos, o ponto final de 66,4 e os 2,06 anos atribuídos a medicamentos não foram mensurados conjuntamente para o mundo entre 1986 e 2009. Trata-se de construção sintética que não corresponde a um resultado mensurado em nenhuma população específica, em nenhum intervalo de tempo definido.

Como o "aproximadamente 60%" é constituído

O número que existe: evolução da expectativa de vida global

62,7 anos
Mundo, 1986
Our World in Data

→

69,7 anos
Mundo, 2009
Our World in Data

=

+7 anos
Ganho mundial observado na mesma série, para a mesma população e o mesmo intervalo

A construção sintética: estimativa da contribuição atribuída aos medicamentos

62,7 anos
Ponto inicial mundial
Our World in Data

+

+1,96 ano
Estudo 1: 52países
1986-2000

+

+1,74 ano
Estudo 2: 30 países
2000-2009

=

66,4 anos
Ponto final sintético ganho de 3,7 anos obtido pela combinação de estudos distintos

Medicamentos: 0,79 + 1,27 = 2,06 anos → 2,06 ÷ 3,70 = 55,7%
"aproximadamente 60%"

Nos três casos descritos abaixo, o problema não é apenas aritmético: o número apresentado não sustenta a amplitude da conclusão extraída dele. Valor histórico, participação agregada no gasto e redução de uma via regulatória não demonstram a viabilidade marginal de novas obrigações de cobertura.

Número apresentado	O número que existe	Como se chegou à afirmação	O que os dados permitem concluir
"Aproximadamente 60%" do ganho de expectativa de vida seria atribuível aos medicamentos.	Our World in Data: 62,7 anos em 1986 e 69,7 em 2009 — ganho mundial observado de 7,0 anos.	Dois estudos de Frank Lichtenberg: 1,96 ano em 52 países (1986–2000) + 1,74 em 30 países da OCDE (2000–2009) = 3,70. Medicamentos: 0,79 + 1,27 = 2,06. Divisão: 2,06 ÷ 3,70 = 55,7%, arredondado para 60%.	A aritmética combina populações e períodos distintos. Não produz uma estimativa mundial observada.
Medicamentos representariam cerca de 7% das despesas assistenciais.	ANS: R$ 22,6 bilhões, equivalentes a 10,2% das despesas médico-hospitalares em 2024. O white paper reproduz o dado na página 57.	R$ 455 de gasto mensal ÷ R$ 6.507 de receita média = 7%. Sobre a despesa assistencial de R$ 5.133, anunciada na proposição, o resultado é 8,9%.	Os 7% dependem da troca de denominador. Diferenças de escopo podem explicar parte da distância para os 10,2%, mas não a denominação adotada.
O ritmo de incorporação teria caído de 18,5 para 7 por ano.	Todas as vias: 86 moléculas entre 2021 e 2024 — média de 21,5 por ano. Expansões de indicação: 6 e 5,8 por ano.	A comparação de 18,5 com 7 considera apenas a via ordinária, antes e depois da criação de novos canais de entrada.	Os dados mostram queda na via ordinária e redistribuição entre vias, não queda das incorporações ao Rol como um todo.



consenso.org.br